

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO
CARLA CRISTINA SILVEIRO AZEVEDO

**O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL COM A POPULAÇÃO EM
SITUAÇÃO DE RUA: POSSIBILIDADES E DESAFIOS**

Santos

2021

CARLA CRISTINA SILVEIRO AZEVEDO
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL

**O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL COM A POPULAÇÃO EM
SITUAÇÃO DE RUA: POSSIBILIDADES E DESAFIOS**

Trabalho apresentado ao Curso de Serviço Social da Universidade Federal de São Paulo, Campus Baixada Santista, como requisito parcial para obtenção do título de bacharel em Serviço Social, sob a orientação da Prof^ª. Dr^ª. Gisele A. Bovolenta.

Santos

2021

C278t Azevedo, Carla Cristina Silveiro.
O Trabalho do Assistente Social com a População em Situação de Rua: Possibilidades e Desafios. / Carla Cristina Silveiro Azevedo; Orientadora Gisele Aparecida Bovolenta. -- Santos, 2021. 61 p.; 30cm

TCC (Graduação - Serviço Social) -- Instituto Saúde e Sociedade, Universidade Federal de São Paulo, 2021.

1. Assistência Social. 2. Assistente Social. 3. Centro Pop. 4. Direitos Sociais. 5. População em Situação de Rua. 3. Possibilidades e Desafios na materialização de direitos. I. Bovolenta, Gisele Aparecida. Orient. II. Título.

CDD 361.3

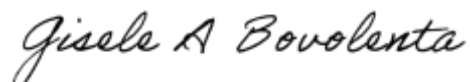
CARLA CRISTINA SILVEIRO AZEVEDO

**O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL COM A POPULAÇÃO EM
SITUAÇÃO DE RUA: POSSIBILIDADES E DESAFIOS**

Trabalho apresentado ao Curso de Serviço Social da Universidade Federal de São Paulo, Campus Baixada Santista, como requisito parcial para obtenção do título de bacharel em Serviço Social, sob a orientação da Prof^a. Dr^a. Gisele A. Bovolenta.

Aprovação em: 04/03/2021

ORIENTADORA:



Profa. Dra. Gisele Aparecida Bovolenta
Universidade Federal de São Paulo

EXAMINADORES:



Prof^o. Dr^o. Daniel Péricles Arruda
Universidade Federal de São Paulo

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho primeiramente a Deus que acreditou em mim, e me possibilitou a entrada em uma Universidade Federal. À minha mãe que não está mais aqui, mas que esteve muito presente durante este processo de aprendizagem e amadurecimento. Aos amigos e mestres que não desistem da luta por uma ordem societária em busca de uma sociedade justa e igualitária. E às pessoas em situação de rua, que sofrem com o descaso das ações governamentais, sem a garantia mínima de seus direitos humanos na vida cotidiana, mas que acredito serem capazes de contornar esse fenômeno e garantir seu legítimo acesso livre as políticas públicas.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, com os mais sinceros votos, aos Professores da Universidade Federal de São Paulo - Campus Baixada Santista.

À minha tia, Jucirema, por todas as nossas conversas e debates depois das aulas e seu acalento, com as minhas inquietudes e conflitos durante os meus processos de luta e amadurecimento como pessoa.

Aos meus amigos da Universidade, que me possibilitaram tudo que foi preciso durante esse momento de estudo, sou grata por tudo o que vivenciei dentro desse espaço e levo as melhores lembranças.

Sou grata pela oportunidade que tive de estagiar no Centro Pop - Centro de Referência Especializado para a População em Situação de Rua em São Vicente, onde pude acompanhar, especialmente, a dimensão técnico-operativa da profissão de Serviço Social e também aprimorar o trabalho em equipe.

À Professora Gisele que vêm acompanhando todo o processo de elaboração desse Trabalho de Conclusão de Curso - TCC.

A todos os professores do ensino fundamental até a Universidade que possibilitaram essa experiência de vida e influenciaram diretamente na minha formação.

Agradecer, em especial, a População em Situação de Rua, que me possibilitou uma aproximação, que confiou em mim as suas histórias de vida compartilhando suas experiências e fazendo com o que os meus horizontes se abrissem para assim compreender melhor essa realidade e a ausência do Estado perante a mesma.

E, às supervisoras de estágio Adriana e Cida que me permitiram vivenciar a realidade da profissão e seus nós.

RESUMO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso aborda o trabalho do assistente social junto à população em situação de rua, trazendo as possibilidades e desafios para o trato desse fenômeno complexo e heterogêneo, sob a perspectiva de efetivação das garantias de direitos sociais e políticas públicas. A pesquisa parte das vivências de estágio da autora dentro do Centro de Referência Especializado para Pessoas em Situação de Rua (Centro Pop), mas a construção se ampara em estudos e análises bibliográficas, legais e documentais. Verificou-se que ainda existe uma defasagem muito grande no que tange ao acesso aos serviços de proteção social para as pessoas que vivem em situação de rua pela burocratização do Estado e práticas equivocadas no cotidiano dos aparatos institucionais que prejudicam essa parcela da população. A partir desses resultados, concluiu-se que é primordialmente necessário ouvir o usuário sobre suas demandas e expectativas, para que ações possam ser balizadas na construção de projetos de vida e na inserção social da população em situação de rua.

Palavras-chave: População em Situação de Rua. Políticas Públicas. Assistente Social.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	9
 CAPÍTULO 1. POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA: FENÔMENO COMPLEXO E HETEROGÊNEO.....	13
1.1 A População em Situação de Rua como expressão da Desigualdade Social no Sistema Capitalista.....	13
1.2 Conceituação, Caracterização e Cenário da População em Situação de Rua.....	21
1.3 A População em Situação de Rua na cidade de São Vicente-SP.....	28
 CAPÍTULO 2. O CAMPO DE PROTEÇÃO SOCIAL PARA A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA.....	32
2.1 Da Constituição Federal de 1988 aos dias atuais.....	32
2.2 Serviços de Atendimento à População em Situação de Rua (CENTRO POP).....	38
 CAPÍTULO 3. O PAPEL DO ASSISTENTE SOCIAL NA ATENÇÃO À POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA.....	44
3.1 O Trabalho do Assistente Social com a População em Situação de Rua: Desafios e Possibilidades.....	44
 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	51
 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	58

INTRODUÇÃO

Com base nas vivências proporcionadas por meio das disciplinas de Estágio Curricular Obrigatório II e III ofertadas na Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP) foi possível estagiar no Centro de Referência Especializado para Pessoas em Situação de Rua (Centro POP) de São Vicente, momento em que a autora teve contato com a população em situação de rua e neste ambiente foram observadas as diversas realidades acerca das pessoas que vivem nas ruas, as problemáticas em relação aos usuários do serviço e aos servidores, assim como, compreender e observar o trabalho do assistente social junto a essa demanda - o que deu origem ao tema do presente Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).

De acordo com Castel e Nascimento (1990 apud BARATA et al., 2015, p. 220) “[...] nas transformações experimentadas pelas sociedades ocidentais, os processos de exclusão e inclusão sociais têm produzido diferentes grupos, mais ou menos marginalizados, dentre os quais a população em situação de rua”. Novak (1997, apud BRASIL, 2008, p. 3) contribui dizendo que “a existência de indivíduos em situação de rua torna patente a profunda desigualdade social brasileira, e insere-se na lógica do sistema capitalista de trabalho assalariado, cuja pobreza extrema coaduna-se com seu funcionamento.”

A população em situação de rua pode ser definida como um fenômeno mundial, complexo e heterogêneo sobre o qual requer estudos e pesquisas, a fim de trabalhar na implementação de políticas sociais e atenção integral a essa população, que se encontram, por vezes, em desvinculo social pela ausência de trabalho assalariado e acesso às políticas públicas, laços familiares rompidos ou fragilizados, uso de substâncias psicoativas, e que fazem da rua seu espaço de moradia e sustento.

Dessa forma, a problemática passa por refletir sobre como a efetivação das políticas públicas está sendo realizada, considerando que as pessoas em situação de rua são sujeitos de direitos; direitos à convivência familiar e ao acesso aos atendimentos públicos de qualidade, como serviços de saúde, por exemplo, conforme suas demandas e necessidades.

A centralidade do trabalho busca analisar o papel do assistente social junto a população em situação de rua, pautar as ações que permeiam o exercício profissional, a partir das possibilidades e desafios presentes em prol das garantias dos direitos humanos e sociais, assegurados na Constituição Federal de 1988 e em legislações subsequentes. Problematisa-se aqui como se dá o trabalho do assistente social e

quais intervenções são adotadas em seu cotidiano de trabalho que levam a garantia desses direitos. Ou seja, tomando por base a experiência vivenciada no Centro Pop de São Vicente, busca-se tensionar o papel do assistente social diante dessa demanda, refletindo sobre suas intervenções que levam (ou não) a garantia de direitos.

A justificativa se ampara sob o viés de que a questão social, enquanto expressão das desigualdades sociais na sociedade capitalista, também pode ser observada neste contexto através da violência institucional materializada por ações autoritárias dos próprios assistentes sociais. O assistente social é um profissional, cujas ações interventivas se defrontam cotidianamente com questões como a pobreza e a exclusão social vivenciadas pela classe subalterna, assim, ambos fenômenos são identificados como resultantes da questão social, e, entende-se que a população em situação de rua é subjugada na medida em que vive em condição de dominação e exclusão, não só política, mas também na sociedade (TORRES; LANZA, 2013).

Torres e Lanza (2013, p. 203) observam que: “[...] a intervenção é o momento do exercício profissional no qual o profissional coloca em movimento seus saberes [...]”. Intervir significa também conhecer, planejar, executar e analisar ações profissionais do ponto de vista do próprio profissional, da organização e da realidade social. Nessa perspectiva, as autoras ainda alertam que a linguagem e a escuta são instrumentos largamente utilizados pelo profissional no trato interventivo e na construção relacional entre o assistente social e o usuário. Acolher o usuário significa deixá-lo à vontade para falar e expor suas ideias e necessidades (TORRES; LANZA, 2013).

Entretanto, é possível identificar obstáculos nas possibilidades de ação conjunta entre os assistentes sociais e seu público usuário, caminhando para o não desenvolvimento de serviços que integralmente deveriam garantir direitos a essa população demandante, mostrando que há muitos avanços nos marcos legais, mas o cotidiano revela muitas dificuldades e forte resistência à sua efetividade.

A diversidade de grupos e distintas localizações, a heterogeneidade da população em situação de rua e as condições em que essa se encontra (como por exemplo, a existência de pessoas que não têm endereço fixo e de pessoas que possuem endereço, porém permanecem a maior parte do tempo nos logradouros públicos) como adverte Ferreira (2005 apud BRASIL, 2008, p. 8), tornam difíceis sua caracterização unívoca e imediata (BRASIL, 2008). Pois, como aponta Silva (2006

apud BRASIL, 2008, p. 3), “[...] são comumente enumeradas várias espécies de fatores motivadores da existência de pessoas em situação de rua [...]”, deixando claro que segundo o documento da Política Nacional (2008) “[...] se trata de um fenômeno multifacetado que não pode ser explicado desde uma perspectiva unívoca e monocausal. São múltiplas as causas de se ir para a rua, assim como são múltiplas as realidades da população em situação de rua”. Diante deste fator, compreende-se que a população em situação de rua é histórica e dinâmica, o mundo está em constante transformação e cada instante anterior e posterior se relacionam, o único movimento eterno é o incessante de todas as coisas.

Buscou-se construir esse debate por meio de pesquisas documentais e bibliográficas, em referência a inúmeros teóricos que enriqueceram a construção deste Trabalho de Conclusão de Curso.

Dessa forma, o método da teoria social de Marx demonstra-se válido como caminho metodológico a ser seguido, salientando o que Pereira et al. (2017, p. 172) observam:

O ato de pesquisar mostra-se como um desafio de desvelar o real para além de sua imediatez do cotidiano; para tanto, requisita um caminho metodológico adequado, segundo as exigências dos objetivos escolhidos e do objeto a ser estudado para guiar esse desvelar. Partindo desse pressuposto, define-se como método de pesquisa o materialismo histórico. Este, na concepção de Marx e Engels (2007), compreende uma determinada forma de apreender e interpretar o mundo, quando elementos sociais se interligam ao pensar e ao agir no curso das suas histórias. Nesse sentido, a realidade social manifesta-se na concretude das condições de existência, marcada pela luta de classes. Assim, o método dialético busca perceber as relações reais (históricas e sociais) na práxis social (relações concretas), por meio de como os seres humanos a interpretam.

Portanto, torna-se fundamental compreender que o conhecimento teórico, elaborado a partir da pesquisa, deve dar conta de descrever o movimento inerente ao objeto circunscrito na história e no contexto de acumulação capitalista incessante. Minayo (2002) também entende por pesquisa, a atividade básica da ciência na sua indagação e construção da realidade, em articulação constante entre pensamento e ação, trazendo à tona um problema da vida prática, uma vez que o desejo de pesquisar nasce do desejo de conhecer mais.

A pesquisa auxilia o assistente social nas dimensões de investigações e intervenções da profissão, e por meio da pesquisa qualitativa, torna-se possível compreender fenômenos através da coleta de dados narrativos, estudando as particularidades e experiências individuais dentro da realidade social, que é a “[...]”

cena e o seio do dinamismo da vida individual e coletiva com toda riqueza de significados dela transbordante” (MINAYO, 2002, p. 14).

Portanto, organizado em três capítulos de maneira a buscar entender as diretrizes para o atendimento à população em situação de rua de acordo com a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) é que o trabalho está organizado. Objetivando identificar quais os elementos no trabalho do assistente social que são direcionados à atenção à população em situação de rua no âmbito do Centro POP e propondo formas alternativas de ação.

Tratando a população em situação de rua enquanto um fenômeno complexo e heterogêneo, no capítulo um, a temática abordada será a população em situação de rua como expressão da desigualdade social no sistema capitalista. No capítulo dois, o conteúdo estará centralizado no campo da proteção social para a população em situação de rua. E, por fim, o capítulo três irá expor o trabalho dos assistentes sociais refletindo sobre as possibilidades e desafios vivenciados de modo a garantir os direitos sociais e humanos dessa população.

CAPÍTULO 1

POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA: FENÔMENO COMPLEXO E HETEROGÊNEO

1.1 A População em Situação de Rua como expressão da Desigualdade Social no Sistema Capitalista

A População em Situação de Rua apresenta-se como um fenômeno complexo, inserido historicamente à margem das prioridades dos poderes públicos, constituindo-se como uma parcela da população que faz das ruas seu espaço principal de sobrevivência e de ordenação de suas identidades, são caracterizadas então como ‘população em situação de rua’ porque é no espaço público da rua em que estabelecem seu palco de relações privadas. Sobretudo, realizar um resgate histórico sobre tal fenômeno mostra-se extremamente relevante à medida em que se busca compreender como o tripé Estado-Igreja-Sociedade interagem nas concepções sociais desde a gênese dessa população até os dias atuais. Dessa forma, o presente capítulo abordará sua existência em diálogo com o sistema de produção capitalista vigente, buscando a caracterização e conceituação dessa população, e seu espaço dentro do organismo social.

No início da colonização da América feita pelos portugueses em meados do século XV, muitas discussões sobre a miséria começavam a surgir. Com a colonização por meio de degredo, os pobres foram deportados e exilados para a Ásia, África e América. Entretanto, essa exportação se deu de forma involuntária pelos africanos e indígenas acentuando ainda mais as complexas noções de riqueza, pobreza e caridade. As Santas Casas de Misericórdia eram instituições de caridade na época, que tinham suas ressalvas a respeito, especialmente, de povos de origem africana formando assim um impeditivo no recebimento de certos benefícios que as instituições ofereciam. Os recolhimentos de órfãos, por exemplo, eram locais destinados a educar meninas “pobres” garantindo-lhes assim, um bom casamento e o recebimento de dotes como forma de caridade – que era uma prática comum no império português. Entretanto, esse ato como forma de benefício, não permitia a presença de mestiças, nem sequer entre as funcionárias.

Em meados do século XVIII, a Câmara de Vila Rica (atual Ouro Preto) auxiliava as crianças recém-nascidas abandonadas nas ruas, mas os vereadores se recusavam a custear os filhos de mestiços abandonados, culpabilizando as mães por tal abandono e acusando-as de “vadias, prostitutas” e diziam que a falta de honra

comprometia os cuidados maternos. No século XIX, os escravos eram atendidos gratuitamente no Hospital do Rio de Janeiro somente se os donos fossem pobres, ou seja, se tivessem no máximo dois escravos. A dificuldade trazida a todo momento pelas mulheres negras e mestiças por sua origem africana, até no modo de ofertar a caridade, acontecia por conta da cor de origem e pelo enfrentamento da miséria.

A ideia de meritória, intrínseca ao conceito de mérito e merecimento, desde cedo reflete que a pobreza faz parte da construção social. No Brasil, na época colonial do império português, era comum haver referências aos pobres principalmente nos momentos finais da vida, os mais afortunados acreditavam que com a prática de dar esmolas, estavam exaltando suas próprias qualidades pessoais que os colocavam como seres religiosos e caridosos com o próximo. De forma velada, usavam os pobres em procissões, em cerimônias religiosas com o aval dos mais ricos desde que fossem considerados “meritórios”. Sobretudo, houve reduções significativas do público “merecedor” entre os habitantes da América portuguesa de maneira a priorizar, em certas ações de caridade, pessoas brancas. Os privilégios eram, então, dados aos pobres considerados merecedores e para tanto, teriam que ser brancos, cristãos, filhos de casamentos considerados legítimos e oficializados perante a igreja. Justificando o fato de que eram “todos pobres, mas nem todos iguais”, pois os escravos ou libertos, por exemplo, não eram, necessariamente, os mais dignos de receber as ações e a compaixão das Santas Casas, já que os recursos da assistência eram limitados, portanto “[...] os descendentes de africanos permaneceram à margem, secundarizados pela presença de uma população branca, financeiramente mais remediada [...]” (FRANCO, 2014, p. 26).

No século XVI, as Santas Casas ofereciam auxílio aos necessitados, logo os seus moldes foram estendidos por todo reino e o ultramar. Dirigidas por homens maiores de 25 anos, as Santas Casas possuíam inúmeras posses financeiras na vila ou na cidade, e não poderiam ter nenhuma parentela com judeus, mouros ou negros. Tendo em vista que um de seus objetivos era a execução das 14 obras de misericórdia, cujas ideias eram de influência iluminista, partindo do pressuposto que o trabalho era um elemento de transformação, sendo assim toda a responsabilidade da miséria e da degradação era responsabilidade do sujeito que era visto como “vagabundo inútil” e que não merecia o auxílio oferecido pela caridade aos “pobres”, esses que não eram brancos e nem cristãos. Em lentos passos, a caridade foi perdendo seu caráter de apenas religioso e passa a manter um aspecto também civil.

Conforme os territórios ficavam mais ricos, seus habitantes precisavam ser cada vez mais produtivos para acompanhar esse progresso, e se não cumprissem o que tais territórios julgavam como utilidade, eram automaticamente destinados à reclusão e ao trabalho obrigatório. É sob este aspecto, que pode ser justificada a criação da Intendência de Polícia de Lisboa, no século XVIII, atuando como “[...] um misto de controle social e moral, em grande medida calcado no discurso ilustrado de caridade [...]” (FRANCO, 2014, p. 27). Durante essa época eram cada vez mais comuns vocabulários que referenciavam os mais pobres como “vadios”, “vagabundos”, “ociosos” tachando o grupo de “imoral, preguiçoso e aproveitador”. Dessa forma,

[...] uma consequência desse discurso de rebaixamento social direcionado aos pobres foi a livre associação entre mestiçagem e vagabundagem. Se no reino, a população parecia infestada de “vagabundos inúteis”, na América eles frequentemente eram tachados de “mulatos vagabundos inúteis”. Naturalmente, tratava-se de um discurso preconceituoso e retórico [...] bastante revelador da visão que as elites guardavam sobre a população (FRANCO, 2014, p. 26).

Conforme o século XIX foi avançando, a pobreza foi ganhando novas formas espalhadas pelos iluministas. A palavra “caridade” foi substituída pouco a pouco pelo caráter de “amor pela humanidade” em uma espécie mais fraternal embutida com os mesmos pensamentos de julgamento de valores, traduzido em “filantropia”. Como pano de fundo, usando as palavras “amor” e “humanidade” se engendrava sobre o sujeito o fato de que ele precisava aceitar que alguns nasciam para ter mais que os outros e, principalmente, os brancos e cristãos.

Com as chamadas Revoluções de 1948 na Europa, acontece a ruptura no modo de compreender a pobreza. Surgindo assim, nas sociedades modernas e industrializadas, os trabalhadores que reivindicavam seus direitos devido ao trabalho escasso, como forma de garantir a sobrevivência da classe. A proteção social adquiria uma nova concepção à medida que deixava de ser um favor cedido pelos ricos e conforme sua boa vontade, para se tornar um direito gerido pelos Estados.

Ocorre que, ao longo do século XIX, a esmola era ação fundamental entre os religiosos, pois através de tal ato acreditava-se que ser um sujeito melhor e caridoso faria com que seus pecados fossem redimidos e perdoados. Nessa mesma época,

[...] os mendigos, mesmo quando objeto de repulsa e desprezo, não eram vistos como marginais. Chegavam a desfrutar certa tolerância social, ligados que estavam ao cenário cotidiano da cidade. Afinal, eram os mendigos que davam o toque de piedade aos funerais, às festas e às procissões. E eram o alvo dos atos de caridade dos paroquianos (FRAGA, 2014, p. 30).

De forma a expressar devoção a Deus “[...] a mão da caridade sobre eles estendida, os redimia dos pecados e assegurava a salvação da alma. Era como se os mendigos tivessem de existir para garantir a salvação dos mais afortunados [...]” (FRAGA, 2014, p. 30). Como observa o historiador francês Michel Molalt (1911-1996 apud FRAGA, 2014, p. 32) a respeito da caridade cristã, pessoas pobres e as que viviam nas ruas eram as grandes esquecidas, pois para os benfeitores mais importava garantir por meio da caridade seu lugar no céu. De acordo com a contabilidade da salvação, o padre jesuíta André João Antonil, que viveu no Brasil, recomendou aos senhores de engenho no início do século XVIII: “dar esmolas, era dar a juros a Deus.”

Na segunda metade do século XIX rompe-se a mitologia sagrada a respeito do mendigo, e passa-se a adotar a concepção de que a pobreza poderia comprometer a ordem social pondo a elite em constante risco. A pobreza mendicante não era mais vista sob a perspectiva religiosa como forma de redenção e de dar esmolas, mas sim como um perigo e “[...] desde então, os mendigos deixaram de inspirar a piedade e se tornaram parte do que se conceituava de classes perigosas” (FRAGA, 2014, p. 33). Sendo assim a presença da mendicância, passou a ser um termômetro do nível de “civilização” da Bahia, reforçando que uma das expressões da pobreza é a população em situação de rua, como narrado por Fraga (2014), que argumenta que a caridade alimentava ainda mais a ociosidade e viver de esmola contrariava o ideal de trabalho.

A concepção de pobreza mendicante não deixou de ganhar formas de julgamento de valor isentando sempre a intervenção do Estado e responsabilizando o sujeito por sua miséria. Justificando um policiamento forte e restrito aos pobres, na medida em que não se podia mais admitir que homens, mulheres e crianças vagassem pelas ruas, eles deveriam então ser confinados, retirando-os de seus pontos de esmola e repouso nos centros da capital baiana que eram vistos como locais repugnantes. Portanto, “[...] não estava no horizonte das elites brasileiras acabar com a pobreza, e sim controlar os pobres” (FRAGA, 2014, p. 33).

Para isolar a pobreza, o recrutamento militar foi a forma mais comum utilizada pelos poderosos do século XIX para dar cabo àqueles que consideravam os pobres como vadios e perigosos. Ou seja, todas as ações eram feitas de modo higienista tanto religioso ou até mesmo na pouca intervenção do Estado. Visando encarar o problema, segundo Thomé (2014) até o início do século XX, a proteção aos mais vulneráveis não era considerada uma função do Estado, mas alvo das ações de caridade.

A existência de um alto número de pobres no país atravessa os séculos, porém não se pode dizer que o entendimento da pobreza como problema coletivo seja uma percepção tão antiga. Isso porque, até o início do século XX, havia a leitura de que a pobreza era uma preocupação de cunho individual, a ser resolvida por ações de caridade, na maioria das vezes, ligadas às instituições religiosas. O movimento que acontece em terras brasileiras não difere muito do que se passou na Europa, por exemplo. Lá também, a crença era que os governos não tinham responsabilidade pela situação de pobreza individual. Com o tempo, países europeus começaram a se dar conta de que era necessário, até para o bom andamento da produção capitalista, cuidar de sua população em situação de vulnerabilidade (THOMÉ, 2014, p. 39).

Tanto a pobreza quanto a exclusão social são fenômenos resultantes da questão social que na sociedade atual assolam a vida das classes subalternas. A gênese da questão social é explicada pelo processo de acumulação e reprodução do capital, neste sentido, surge a divisão da sociedade em classes, na qual a “[...] apropriação da riqueza socialmente gerada é extremamente diferenciada” (YAZBEK, 2001, p. 33). A crescente inovação tecnológica pelos capitalistas gera o aumento da produtividade e a diminuição do tempo necessário à produção, dessa forma tem-se o “[...] aumento do capital constante e diminuição do capital variável, que corresponde à força de trabalho” (SANTOS, 2012, p. 26). A busca da valorização do capital, a obtenção de mais-valia, tornam-se o objetivo do processo capitalista de produção, o desenvolvimento tecnológico surge então como determinante do desemprego já que “[...] quem permanece trabalhando é mais explorado na intensidade de horas trabalhadas e torna “dispensáveis” outros tantos trabalhadores” (SANTOS, 2012, p. 27). No seio das leis reprodutivas do capitalismo, a produção de respostas às necessidades humanas encontra-se subordinada ao processo de valorização do capital (SANTOS, 2012), no qual o capitalista almeja produzir uma mercadoria cujo valor seja maior do que a soma do valor das mercadorias requeridas para sua produção, considerando os meios de produção e a força de trabalho, neste sentido, o valor da força de trabalho e sua valorização no processo de trabalho aparecem como duas coisas extremamente distintas.

O pauperismo, isto é, a pobreza acentuada e generalizada é um fenômeno ao lado da luta de classes constitutivo da questão social, sobretudo como aponta Santos (2012) todos os fenômenos que comparecem em sua gênese e reprodução têm causalidades sociais, embora tenham sido aparentemente naturalizados no curso dos acontecimentos. Explicando que a pobreza existe antes do capitalismo e era determinada socialmente pela divisão entre classes, mas era causada,

principalmente, pelo baixo desenvolvimento das forças produtivas, justificando que a desigualdade e a pobreza não se designam como questão social indistintamente, mas sim por terem sua existência fundada pelo modo capitalista de produção (SANTOS, 2012).

Em consonância com Pinto & Gondim (2017, p. 2), “[...] a lógica do capital tem contribuído para o acirramento das desigualdades e para o agravamento das expressões da questão social, a exemplo do fenômeno população em situação de rua”.

Como Santos (2012) elucida, as particularidades histórico-culturais e nacionais devem ser consideradas na busca pela caracterização da questão social, em suas manifestações já conhecidas e em suas novas expressões. Na conjuntura atual, tal questão assume impactos devastadores sobre o trabalho conforme adota novas configurações, entre os quais estão segundo Yazbek (2001, p. 33) “[...] as transformações das relações de trabalho, [...] a perda dos padrões de proteção social dos trabalhadores e dos setores mais vulnerabilizados da sociedade que veem seus apoios, suas conquistas e direitos ameaçados”, dentro desse organismo, a desigualdade no Brasil vem se acentuando desde os anos 90, colocando o país como líder de concentração de renda e riqueza (YAZBEK, 2001). Tal realidade tem se agravado cada vez mais no contexto atual a partir de um ultra neoliberalismo que ascende um Estado inexistente.

O salário mínimo é um dos mais baixos do mundo segundo dados do IBGE – Indicadores Sociais 1999 – um rico ganha o mesmo que 50 pobres; 1% da população brasileira detém 13,8% da renda total do país e os 50% mais pobres ficam com 13,5%. Conforme o IPEA 60 milhões de brasileiros vivem abaixo da linha de pobreza (80 reais por mês) e dentre estes 24 milhões vivem abaixo da linha de indigência, isto é, com 40,00 reais por mês (YAZBEK, 2001, p. 34)

À luz do exposto, as transformações capitalistas têm contribuído exponencialmente “[...] no aprofundamento do desemprego estrutural, empobrecimento da classe trabalhadora e acirramento das desigualdades sociais, que se expressa em diversas expressões da questão social (PINTO & GONDIM, 2017, p. 2)”. Para além dos fatores relacionados à riqueza socialmente produzida, incluindo o usufruto de bens, serviços e renda, a pobreza, em Martins (1991 apud YAZBEK, 2001, p. 34) “[...] é fenômeno multidimensional, é categoria política que implica carecimentos no plano espiritual, no campo dos direitos, das possibilidades e esperanças”, a exclusão se define através da não participação e mínimo usufruto da riqueza

socialmente construída, enquanto “[...] a subalternidade diz respeito à ausência de protagonismo, de poder, expressando a dominação e exploração” (YAZBEK, 2001, p. 34). Inseridas em um contexto de desigualdades, injustiças e opressões:

[...] pobreza, exclusão e subalternidade configuram-se, pois como indicadores, de uma forma de inserção na vida social, de uma condição de classe e de outras condições reiteradoras da desigualdade (como gênero, etnia, procedência etc), expressando as relações vigentes na sociedade. São produtos, dessas relações, que produzem e reproduzem a desigualdade no plano social, político, econômico e cultural (YAZBEK, 2001, p. 34).

Dessa forma, segundo Lopes (2009 apud PINTO; GONDIM, 2017, p. 10) “[...] o fenômeno população em situação de rua é uma expressão incontestada das desigualdades sociais resultantes das relações sociais capitalistas, que se desenvolvem a partir do eixo capital / trabalho”, a relação da população em situação de rua com o mundo do trabalho revela condições informais e altamente precarizadas advindas “[...] principalmente da reestruturação produtiva, o aprofundamento do desemprego e do trabalho precário consubstanciam a expansão da superpopulação relativa” (LOPES, 2009 apud PINTO; GONDIM, 2017, p.11). Nesse contexto, percebe-se que a população em situação de rua não é um fenômeno novo, e sim “[...] parte constitutiva da pobreza e da superpopulação relativa” (LOPES, 2009 apud PINTO; GONDIM, 2017, p. 11), assim como esteve sempre presente desde a gênese do sistema capitalista.

Na década de 1980, a América Latina encontrava-se com altos índices de pobreza. A Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios (Pnad) mostrou que entre 1983 e 1984, metade dos brasileiros estava abaixo da linha de pobreza e com o fim de um período histórico de restrições de direitos políticos, fez-se necessária a existência de políticas de proteção não contributivas. Nessa medida, a grande conquista foi a promulgação da Constituição de 1988, a “Constituição Cidadã”, em pleno momento de saída do regime militar, dessa forma, a Constituição passou a garantir inúmeros benefícios à sociedade civil tais como o direito à educação, moradia e saúde. O Benefício de Prestação Continuada (BPC), também foi estabelecido pela Constituição, assegurando renda aos idosos e portadores de deficiência em extrema pobreza.

A partir de 1994, com o Plano Real a hiperinflação chegou ao fim e a moeda se estabilizou, o que colaborou com o efeito no combate à pobreza sob a via econômica. Com o governo do PT, em 2002, o foco de ação tornou-se o das políticas sociais, com atuação direta na pobreza e na desigualdade – onde o Estado podia agir mais

livremente, sem enfrentar tamanhas críticas. O governo Lula manteve esforços no combate à fome, sobretudo, isso já não se apresentava mais como um problema central das populações pobres, dessa forma, o Bolsa Escola, Bolsa Alimentação e Vale Gás programas sociais originários do governo Fernando Henrique Cardoso foram unificados no governo Lula dando origem ao Programa Bolsa Família, programa de transferência de renda do Governo Federal às famílias em extrema vulnerabilidade¹ social. A partir daqui, segundo Thomé (2014, p. 41) o Estado traz para si, “[...] a reponsabilidade, inegavelmente coletiva, de cuidar dos vulneráveis dos sujeitos à pobreza.”

Ainda que a população em situação de rua viva uma situação de pobreza e miséria, a atenção e olhar mais direcionado a esse público vai acontecer mais adiante, como veremos a seguir.

A ideia de higienização social que percorreu o fenômeno da população em situação de rua estigmatiza visões da sociedade civil e do Estado até os dias atuais, resultando em pulsões assistencialistas, paternalistas e autoritárias como justificativa. Sobretudo, tais perspectivas, são incapazes de dar conta do árduo processo de reinserção destas pessoas nas lógicas da família, do trabalho, da moradia, da saúde e de outras esferas sociais tão excluídas do todo (BRASIL, 2008). Dessa forma, a presença do assunto em diversos fóruns de debate de políticas públicas sociais representa certo avanço na medida em que permite maior amplitude na participação de diferentes segmentos da sociedade. É necessário desconstruir a oposição entre normal e anormal colocada para as pessoas em situação de rua, considerando e reconhecendo a rua como local de produção e reprodução de identidades sociais como também um espaço tão abarcador e produtor de realidades como qualquer outro.

Em consonância com Hwang et al. (2009 apud BARATA et al, 2015, p. 220) entende-se que “[...] a existência da população em situação de rua é um fenômeno

¹ Atualmente, o país tem enfrentado a inativação dos pilares da assistência social brasileira. O CadÚnico é um destes pilares, e é a mais recente medida de assistência social a ser atingida pelo desmonte sistemático do sistema atual de políticas sociais. De fato, a proposta de mudanças em seu formato, com o autocadastramento por meio de aplicativos para celular implicam, necessariamente, na desativação de toda uma rede socioassistencial organizada a partir desta base informacional, e também do controle, transparência e fiscalização da implementação dos programas sociais. O Bolsa Família passa por um apagão sem precedentes. Todos estes acontecimentos no campo das políticas sociais, constituem peças deste quebra-cabeça que sinaliza a busca pela alternativa política, social e econômica para a desregulamentação dos programas sociais, na esteira das reformas macroestruturais levadas a cabo em anos recentes.

social que assume expressões novas na sociedade contemporânea, particularmente nos grandes centros urbanos”. Fenômeno presente na sociedade brasileira desde a formação das primeiras cidades como alerta Carvalho (2002 apud BRASIL, 2008, p. 3), “[...] a existência de pessoas em situação de rua, traz na própria denominação ‘rua’ a marca do estigma e da exclusão a que são submetidas”. “Sua presença incomoda e desconcerta quem busca ver nas ruas a mesma tranquilidade asséptica de conjuntos habitacionais com circulação restrita de pessoas” (BRASIL, 2008, p. 3), como veremos a seguir.

1.2 Conceituação, Caracterização e Cenário da População em Situação de Rua

De acordo com a Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação do Ministério da Cidadania (2019), houve uma tendência crescente de inclusão de pessoas em situação de rua nas políticas públicas. Nos últimos sete anos foi registrado um aumento de aproximadamente vinte vezes de famílias em situação de rua que são beneficiárias do Programa Bolsa Família (BRASIL, 2019), a justificativa está na afluência “[...] de iniciativas que buscaram enxergar as especificidades das pessoas em situação de rua de modo a criar estratégias diferenciadas de abordagem e serviços voltados a esses cidadãos” (BRASIL, 2019, p. 3). Sobretudo, é importante considerar o momento atual para reconhecer que a população em situação de rua está em aumento.

Portanto, a tarefa de recorrer aos elementos que compõem a gênese desse fenômeno tão complexo e heterogêneo, é indispensável na medida em que todos os processos vividos pela sociedade influenciam o organismo social como um todo, dessa forma,

[...] pode-se dizer que o fenômeno população em situação de rua vincula-se à estrutura da sociedade capitalista e possui uma multiplicidade de fatores de natureza imediata que o determinam. Na contemporaneidade, constitui uma expressão radical da questão social, localiza-se nos grandes centros urbanos, sendo que as pessoas por ele atingidas são estigmatizadas e enfrentam o preconceito como marca do grau de dignidade e valor moral atribuído pela sociedade. É um fenômeno que tem características gerais, porém possui particularidades vinculadas ao território em que se manifesta. No Brasil, essas particularidades são bem definidas. Há uma tendência à naturalização do fenômeno, que no país se faz acompanhada da quase inexistência de dados e informações científicas sobre o mesmo e da inexistência de políticas públicas para enfrentá-lo (Silva, 2006, p. 95 apud BRASIL, 2008, p. 3-4).

Considerando que viver em situação de rua é um problema que ultrapassa a falta de moradia, pois ter uma casa significa ter raízes, identidade, segurança,

sentimento de pertencimento e um lugar de bem estar emocional (EDITORIAL, 2008 apud BARATA et al., 2015, p. 220), a população em situação de rua encerra em si o trinômio exprimido pelo termo exclusão: expulsão, desenraizamento e privação. De acordo com os cientistas sociais Alcock (1997 apud BRASIL, 2008, p. 03) e Castel (1998 apud BRASIL, 2008, p. 03), “[...] exclusão social relaciona-se com situação extrema de ruptura de relações familiares e afetivas, além de ruptura total ou parcial com o mercado de trabalho e de não participação social efetiva”. Dessa forma, “[...] pessoas em situação de rua podem se caracterizar como vítimas de processos sociais, políticos e econômicos excludentes” (Martins, 1994 apud BRASIL, 2008, p. 03).

Na tentativa de compreender a realidade das pessoas em situação de rua, um conjunto de informações foi estabelecido para responder questões sobre quantas pessoas vivem em situação de rua no Brasil, qual o gênero e faixa etária predominante, qual é a escolaridade média, em quais cidades/estados estão concentradas e qual a composição familiar mais frequente. Essas perguntas foram respondidas pelo Censo Nacional sobre a População em Situação de Rua entre Outubro de 2007 e Janeiro de 2008 (BRASIL, 2019).

O Censo Pop Rua abrangeu 71 cidades brasileiras, incluindo 23 capitais e 48 municípios com mais de 300 mil habitantes, com o objetivo de quantificar e investigar as características socioeconômicas das pessoas em situação de rua, tendo como foco a formulação de políticas públicas dirigidas a essa população. O público-alvo da pesquisa foi composto por pessoas maiores de 18 anos vivendo em situação de rua (BRASIL, 2019²). Sobretudo, de acordo com o seguinte conceito:

[...] são entendidas como população em situação de rua as pessoas que utilizam, em um dado momento, como local de moradia ou pernoite espaços de tipos variados, situados sob pontes, marquises, viadutos, à frente de prédios privados e públicos, em espaços públicos não utilizados à noite, em parques, praças, calçadas, praias, embarcações, estações de trem e rodoviárias, à margem de rodovias, em esconderijos abrigados, dentro de galerias subterrâneas, metrô e outras construções com áreas internas ocupáveis, depósitos e prédios fora de uso e outros locais relativamente protegidos do frio e da exposição à violência. Foram ainda consideradas componentes da população em situação de rua as pessoas que dormem em albergues e abrigos, de forma preferencial ou ocasional, alternando o local de repouso noturno entre estas instituições e os locais de rua (BRASIL, 2019, p. 4).

² Citação referente às ações de monitoramento da Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação do Ministério da Cidadania (SAGI/MC), publicação de Junho de 2019 que trata do Censo Nacional sobre a População em Situação de Rua (Censo Pop Rua) de 2008.

As informações coletadas trataram sobre as principais razões de se viver na rua, o tempo de permanência na rua, a escolaridade, os vínculos familiares, o acesso a programas sociais, as condições de saúde.

O Censo Nacional sobre a População em Situação de Rua identificou, entre Outubro de 2007 e Janeiro de 2008, 31.922 adultos em situação de rua nos municípios pesquisados. Dentre estes, 82% eram homens, mais da metade (53%) possuía entre 25 e 44 anos, 67% das pessoas se declararam pardas ou negras – proporção bem maior do que na população brasileira em 2008 (45%) e 52% possuíam algum parente que morava na mesma cidade em que estavam vivendo (BRASIL, 2019).

Compondo um quadro objetivo e detalhado da população em situação de rua no Brasil, o Censo Nacional contribuiu de maneira efetiva na formulação de estratégias e políticas específicas, mais próximas da realidade vivida por esse grupo. Após a publicação dos resultados, foi publicado o Decreto nº 7.053/2009, que instituiu a Política Nacional para a População em Situação de Rua, com objetivo de prever iniciativas a esse segmento. Outro progresso da Política Nacional (BRASIL, 2019, p. 7) consistiu na “[...] definição de um conceito para população em situação de rua, que relaciona essa condição à pobreza, vínculos fragilizados, falta de moradia regular e uso de espaços públicos para viver”:

[...] considera-se população em situação de rua o grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, e que utiliza os logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória (BRASIL, 2019, p. 7).

Com isso, entende-se que a importância desta Política Nacional está resumida no

[...] esforço de estabelecer diretrizes e rumos que possibilitem a reintegração destas pessoas às suas redes familiares e comunitárias, o acesso pleno aos direitos garantidos aos cidadãos brasileiros, o acesso a oportunidades de desenvolvimento social pleno, considerando as relações e significados próprios produzidos pela vivência do espaço público da rua. Para tanto, vale-se do protagonismo de movimentos sociais formados por pessoas em situação de rua, entre outras ações que contribuam para a efetivação deste processo (BRASIL, 2008, p. 4).

Através dos resultados do Censo Nacional, o Cadastro Único pôde ser aprimorado à medida que se constitui como uma ferramenta estratégica para identificação e distinção socioeconômica das famílias de baixa renda, “[...] entendidas como aquelas que vivem com meio salário mínimo *per capita* ou três salários mínimos

de renda total” (BRASIL, 2019, p. 8). De acordo com o Ministério da Cidadania (2019) além do Programa Bolsa Família, quase trinta programas sociais federais utilizam a base de dados do Cadastro Único para selecionar beneficiários. Em março/2019, havia cerca de 28 milhões de famílias de baixa renda no Cadastro Único, o que corresponde a quase 76 milhões de pessoas (cerca de 35% da população brasileira). O Cadastro Único adotou o mesmo conceito de população em situação de rua definido pela Política Nacional (BRASIL, 2019).

Os dados de distribuição de famílias em situação de rua no Cadastro Único mostram que quase 70% das pessoas em situação de rua registradas no programa vivem no Sudeste, região com maior adensamento populacional do Brasil. Das pessoas em situação de rua inscritas no Cadastro Único, 89% são homens, 87% dormem na rua ou em albergues, 67% são pardos ou negros. As principais razões para viver na rua são: problemas com a família (27%), desemprego (23%), problemas com álcool ou outras drogas (19%), perda de moradia (13%). Apesar de haver uma diferença de dez anos, observa-se que as informações declaradas no Cadastro Único são compatíveis com os resultados do Censo Pop (BRASIL, 2019) mas, é necessário levar em consideração a distinção de finalidades entre um e outro, considerando que o Cadastro Único é uma forma de acesso aos programas sociais e outras ações governamentais, enquanto o Censo Pop Rua tem a finalidade de realizar a contagem e caracterização da população em situação de rua, já que essa população não é incluída no Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Ao interpretar tais dados, entende-se que as transformações nos processos produtivos, a materialização da forma empregatícia estrutural, a precarização cada vez maior dos postos de trabalho, perdas de direitos sociais, excedente da força de trabalho fora do mercado somado aos conflitos familiares contribuem para o aumento da população em situação de rua (ANTUNES; PRAUN, 2015). Assim, no trato desse fenômeno é necessário um exercício para compreender a sua complexidade, pois naturalmente, existem muitas outras especificidades que caracterizam a população em situação de rua e devem ser consideradas, como gênero, raça/cor, idade e deficiências físicas e mentais (BRASIL, 2008).

Ao analisar o recorte racial, os dados revelam que 39,1% das pessoas em situação de rua se declararam pardas. Tal proporção é semelhante à observada no conjunto da população brasileira (38,4%). Declararam-se brancos 29,5% (53,7% da população em geral) e pretos 27,9% (apenas 6,2% na população em geral). Com isso,

a proporção de negros (pardos somados a pretos) é exponencialmente maior na população em situação de rua (BRASIL, 2008). Com isso, percebe-se tamanho déficit do Estado em de fato efetivar políticas públicas no Brasil pós-abolição, que garantissem aos escravizados um espaço legítimo na sociedade. Sobretudo, em assertivas racistas, os corpos negros foram automaticamente deslocados à subalternidade, passaram a concentrar-se e ocupar espaços já pré-determinados na linha da pobreza e da servidão. Outros fatores que influenciam esse fator foi a importação de mão de obra branca com raízes na ideia do mito da democracia racial e no branqueamento populacional.

Ao olhar para as fragilidades nos vínculos familiares das pessoas em situação de rua como um dos importantes motivos para essas pessoas estarem na rua, é necessária uma análise individual e coletiva, mas em primeiro momento buscando entender o papel da família neste cenário e as diversas razões que podem levar a conflitos.

De acordo com o documento da Política Nacional (2008) “[...] a legislação brasileira vigente reconhece e preconiza a família como lugar essencial e privilegiado para o desenvolvimento integral dos indivíduos.” A Constituição Federal estabelece (Art. 226) que a família é a base da sociedade e dessa forma tem proteção especial do Estado.

Entretanto, nos processos e mudanças societárias recorrentes percebe-se que o conceito de família tem passado por um importante processo de ressignificação, evidenciando o que o Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do direito de crianças e adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária (2006, p. 30) diz: “[...] a família não é estática e suas funções de proteção e socialização podem ser exercidas nos mais diversos arranjos familiares e contextos socioculturais, refutando-se, assim, qualquer ideia preconcebida de modelo familiar “normal”. Como adverte Bruschini (1981 apud BRASIL, 2008, p.05) “[...] a família não é a soma de indivíduos, mas um conjunto vivo, contraditório e cambiante de pessoas com sua própria individualidade e personalidade.” Neste sentido,

[...] vem-se imprimindo grande flexibilidade ao conceito de instituição familiar, não se tratando mais de conceber um modelo ideal de família, mas sim de ultrapassar a ênfase na estrutura familiar para focar a capacidade de a família, em uma diversidade de arranjos (tais como família nuclear, família extensa, etc.), ser a célula base de políticas públicas, lugar de realizações individuais plenas (BRASIL, 2008, p. 05).

É mandatório afirmar, deste modo, que a família é responsável por criar e recriar realidades, adotando por vezes ações de crescimento e florescimento de realizações individuais, quanto por outras, tornando-se um espaço opressor de individualidades por conta de visões de mundo e apropriações da moral hegemônica (BRASIL, 2008).

Ainda no art. 226 da Constituição Federal o § 8º afirma que é dever do Estado assegurar a assistência à família na pessoa de cada um dos que a integram, dessa forma coloca-se como necessário criar mecanismos para coibir a violência no âmbito de suas relações. É imprescindível que, dessa forma, o Estado seja o agente controlador e regulador das inúmeras violências físicas, psíquicas e simbólicas que acontecem dentro das famílias, muitas vezes levadas a cabo por alguns de seus membros contra os outros (BRASIL, 2008). É sob o então cenário supracitado que se colocam as considerações no que tange ao enfraquecimento de vínculos familiares pelos quais as pessoas em situação de rua tendem a passar, enfatizando os esforços que devem ser tomados para reestabelecer tais laços familiares fragilizados visando a criação de novos laços em múltiplos arranjos e de redes sociais de apoio.

Vale destacar, ainda, que 98% das famílias em situação de rua no Cadastro Único são compostas por apenas uma pessoa. “Nos últimos sete anos, a quantidade de famílias em situação de rua registradas no Cadastro Único aumentou mais de 16 vezes: de 7.368 famílias em agosto/2012 para 119.636 famílias em março/2019” (BRASIL, 2019, p. 9). Este crescimento tem relação com diversos fatores, um exemplo é “[...] a profunda crise econômica em que o Brasil mergulhou nos últimos cinco anos e o aumento da cobertura de serviços direcionados à população em situação de rua” (idem, p. 10).

Nos últimos quatro anos, o Ministério da Cidadania (2019) informa que os Centros de Referência Especializados para População em Situação de Rua (Centros Pop) foram responsáveis pela inclusão de 65.806 famílias no Cadastro Único, o que representa atualmente mais da metade das famílias em situação de rua cadastradas.

O Censo Nacional para a População em Situação de Rua realizado entre Outubro de 2007 e Janeiro de 2008, foi decisivo tanto na criação da Política Nacional para População em Situação de Rua, assim como para ampliação do Cadastro Único e para o desenvolvimento de Centros Pop e serviços de abordagem social (BRASIL, 2019). “[...] Atualmente, há mais de 119 mil famílias em situação de rua no Cadastro

Único, 90 mil no Bolsa Família, 7 mil no BPC e 227 nos Centros Pop em funcionamento” (idem, p. 21).

De acordo com a Política Nacional (2008, p. 08) “[...] são diversos os grupos de pessoas que estão nas ruas: imigrantes, desempregados, egressos dos sistemas penitenciário e psiquiátrico, entre outros, que constituem uma enorme gama de pessoas vivendo o cotidiano das ruas”, mesmo tendo condições de vida extremamente precárias essa população utiliza a rua como abrigo ou moradia – havendo ainda, aqueles que transitam de uma cidade a outra, que são os “trecheiros” (BRASIL, 2008).

O valoroso papel das pessoas em situação de rua dentro da ideia de protagonismo social e autonomia sobre suas vidas vem crescendo devido a percepção de que o termo “povo da rua” tem passado por uma revalorização e ressignificação positiva (BRASIL, 2008, p. 8).

Dados da Política Nacional também constataram que grande parte da população em situação de rua é formada por trabalhadores, 70,9% exercem alguma atividade remunerada. Destas atividades destacam-se: catador de materiais recicláveis (27,5%), flanelinha (14,1%), construção civil (6,3%), limpeza (4,2%) e carregador/estivador (3,1%). Apenas 15,7% dessas pessoas pedem dinheiro como principal meio de sobrevivência (BRASIL, 2008).

A importância dessas estimativas mostra que é necessário desfazer um preconceito muito difundido de que as pessoas em situação de rua são apenas formadas por “mendigos” e “pedintes”, uma vez que, aqueles que pedem dinheiro para sobreviver constituem uma minoria (BRASIL, 2008). Justificando por outro lado que há uma tendência de maior concentração de pessoas em situação de rua em municípios mais populosos e nas capitais dos estados. Os municípios mais populosos e as capitais concentram maiores recursos, serviços e possibilidades. Assim, tendem a ser mais procurados por pessoas em situação de vulnerabilidade que necessitam de oportunidades de emprego e condições mais favoráveis para a sua sobrevivência (idem).

A maior parte da população em situação de rua tem profissão, mesmo que não exercida no momento, o Censo contabilizou 58,6% de entrevistados que afirmaram ter alguma profissão. Entre as profissões mais citadas estão as vinculadas à construção civil (27,2%), ao comércio (4,4%), ao trabalho doméstico (4,4%) e à mecânica (4,1%) (BRASIL, 2008). O que dificulta a obtenção do emprego formal, o acesso aos serviços e programas governamentais e o exercício da cidadania dessa

população é a ausência dos documentos de identificação. 61,6% afirmaram não ter título de eleitor, 59,9% sem carteira de trabalho, 57,4% sem CPF, 49,2% sem certidão de nascimento ou de casamento e carteira de identidade 40,7%. Apenas 21,9% apresentaram todos os documentos de identificação mencionados (BRASIL, 2008).

Quanto à saúde das pessoas em situação de rua, 29,7% afirmaram ter algum problema de saúde. Entre os mais citados, destacam-se: hipertensão (10,1%), problema psiquiátrico/mental (6,1%), HIV/Aids (5,1%) e problemas de visão/cegueira (4,6%); 48,6% disseram que conseguem medicamentos através de postos e centros de saúde. Quando doentes, 43,8% dos entrevistados procuram primeiramente um hospital e, em segundo lugar, 27,4% procuram o posto de saúde (BRASIL, 2008).

Ao analisar os programas governamentais oferecidos, observa-se que a grande maioria das pessoas não são atingidas e declararam não receber qualquer benefício dos órgãos governamentais. Apenas 3,2% recebem aposentadoria, 2,3% são beneficiados pelo Programa Bolsa Família e somente 1,3% recebem o Benefício de Prestação Continuada (BRASIL, 2008).

Dessa forma, conclui-se que as pessoas em situação de rua são violadas de todas as formas em seus direitos humanos e sociais, por isso é necessária a vinculação para ações e serviços de saúde efetivos, assegurando políticas que garantam a proteção desses sujeitos, olhar atentamente para essa população, requer tal compreensão e qualificação da proposição de políticas públicas que contemplem as especificidades dos diversos segmentos dessa população, eliminando por exemplo as barreiras de acesso aos serviços e ações públicos de saúde realizando as articulações intersetoriais necessárias de acordo com suas demandas em espaços onde se pode transitar entre a Saúde e a Assistência Social, de maneira que os gestores e profissionais de saúde e assistentes sociais reconheçam o papel fundamental do Sistema Único de Saúde (SUS) e do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) na promoção de articulações interdisciplinares.

1.3 A População em Situação de Rua na cidade de São Vicente-SP

A Região Metropolitana da Baixada Santista, estende-se sobre os municípios pertencentes tanto à Mesorregião de Santos quanto à Mesorregião do Litoral Sul Paulista. Todos os municípios da Região Metropolitana integram o litoral de São Paulo. A região é integrada por nove cidades: Bertioga, Cubatão, Guarujá, Itanhaém, Mongaguá, Peruíbe, Praia Grande, Santos e São Vicente.

A região é caracterizada pela diversidade de funções presentes nos municípios que a compõem, contando com o parque industrial de Cubatão e o Complexo Portuário de Santos, a região ainda desempenha outras funções em nível estadual, como as atividades de turismo e indústria, comércio atacadista, varejista e de exportação, ao atendimento à saúde, educação, transporte e sistema financeiro. Os municípios de São Vicente, Praia Grande e o distrito de Vicente de Carvalho, no Guarujá, adquiriram características de cidades-dormitório, apresentando intensa conurbação entre si. A Região da Baixada Santista, apesar de sua função portuária, expressivo pólo siderúrgico e da indústria de turismo, apresenta problemas comuns aos grandes aglomerados urbanos, como os relacionados com a questão ambiental, carência de infraestrutura, saneamento ambiental, transporte e habitação.

São Vicente é um município da Microrregião de Santos, situado na Região Metropolitana da Baixada Santista, no estado de São Paulo. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, a região totalizava 360.380 habitantes em 2017, sendo a segunda cidade mais populosa do litoral paulista, ficando atrás apenas de Santos. Com sua economia baseada no comércio e no turismo e por ser considerada uma estância balneária, a região recebe uma verba maior por parte do Estado para a promoção do turismo regional.

Com relação a população em situação de rua, de acordo com o Jornal A Tribuna (2018) nenhuma das nove cidades da Baixada Santista consegue responder ao certo a quantidade de pessoas que estejam vivendo nas ruas na atualidade, com exceção da cidade de Santos, que realizou o Censo Pop Rua em 2019. Considerando as informações que as secretarias municipais que cuidam da assistência social nessas cidades forneceram, havia na região, ao menos 1.114 pessoas vivendo ao relento. No entanto, os dados estão desatualizados. Com a ampliação do desemprego, menos moradias e menos possibilidades é um número que só tende a crescer.

Pessoas em situação de rua é um fenômeno mundial e urbano, que integra o processo mundial de diminuição do estado social e essa tendência encontra solo ainda mais fértil em países com desigualdades sociais acentuadas.

De acordo com os dados fornecidos pela Prefeitura de São Vicente ao Jornal A Tribuna (2018), o último levantamento realizado pela Secretária de Assistência Social (Seas), contabilizava 152 pessoas em situação de rua na cidade em Julho de 2018. O serviço de atendimento é realizado no Centro Pop, onde os usuários recebem

alimentação, atendimento com psicólogos e assistentes sociais, realizando atividades recreativas e com espaço para a auto-higienização com 95 vagas disponíveis.

Outros locais registrados na reportagem de Miranda (2018) ao Jornal A Tribuna, foram a Casa de Triagem, com 14 vagas, responsável por oferecer atendimento de assistentes sociais, psicólogos, alimentação como café da manhã e café da tarde, e cuidados necessários para que as pessoas possam voltar à cidade de origem – a Casa de Passagem, com 40 vagas, oferece atendimento 24 horas por dia. A assistente social responsável elabora um plano de atendimento a partir de cada caso. A pessoa pode ficar na Casa até 90 dias – e a Casa de Estar, recebe o indivíduo quando a permanência dele ultrapassa 90 dias. Lá, conta com profissionais, como psicólogos e coordenadores que ajudam de diversas formas, como buscar emprego, por exemplo. Os moradores de rua com mais de 60 anos de idade, são transferidos para uma Instituição de Longa Permanência para Idosos, como o Lar Vicentino ou o Lar Cristão de Amparo ao Idoso.

Em 2017, foram registradas 3.278 pessoas acolhidas no município e no primeiro semestre de 2018, foram contabilizadas 1.794 pessoas acolhidas (MIRANDA, 2018).

Com a população estimada em 360.380 habitantes (IBGE 2017) e 100% urbana, em situação de extrema pobreza de acordo com o Censo IBGE 2010 foram registradas 8.637 pessoas, a maioria entre 0 e 9 anos (1.969), logo após com pessoas entre 18 e 24 anos (952) e com 60 anos ou mais (788). O PIB Municipal (R\$ 1000 IBGE 2014) totalizou R\$ 4.940.871 na região, com renda per capita (R\$ 1,00) de R\$ 13,995 (MIRANDA, 2018). Em Junho de 2018, a região apresentou 19.889 famílias cadastradas no Cadastro Único, com 8.752 famílias com renda de R\$ 0 até R\$ 85,00, enquanto 3.099 famílias estão na margem entre R\$ 85,01 até R\$ 170 e 3.841 famílias com renda de R\$ 170,01 até ½ salários mínimos (idem).

Em Agosto de 2018, foram contabilizadas 9.789 famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família na região, com benefício médio mensal de R\$ 183, 46. Os repasses do Fundo Nacional no município de São Vicente em 2017 foram de R\$ 3.78 mil e em 2018 foram de R\$ 588 mil e dos serviços ativos na região, há registros de 5 unidades do CRAS, 2 do CREAS Municipal, 1 Centro POP, e 10 vagas em Unidades de Acolhimento (MIRANDA, 2018).

Em Janeiro de 2019, a reportagem de Juliana Moraes e Felipe dos Santos para a revista online Mais Santos, fez um levantamento junto as prefeituras da Baixada

Santista trazendo dados alarmantes quanto à população em situação de rua na região e foram registradas mais de 1500 pessoas vivendo nessas condições. De acordo com a reportagem, a cidade de São Vicente possuía em 2019, 280 pessoas em situação de rua, contando com uma rede socioassistencial que atende amplamente a população que vive nas ruas. Somando aproximadamente 100 vagas de acolhimento onde os usuários podem receber alimentação, atendimentos psicológicos e com assistentes sociais, além das atividades recreativas e espaço para se higienizarem, e as pessoas que quiserem e precisarem acessar esse serviço podem procurar um Centro de Referência Especializado para Pessoas em Situação de Rua (CENTRO POP).

CAPÍTULO 2

O CAMPO DE PROTEÇÃO SOCIAL PARA A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA

2.1 Da Constituição Federal de 1988 aos dias atuais

É essencial que se entenda o papel da assistência social na sociedade, e principalmente, para com a população em situação de rua. Mas, lembrando e reconhecendo que a assistência social é uma das políticas voltadas à essa população, não se constituindo como a única política responsável por esse fenômeno. Sobretudo, para realizar este exercício, é necessário retomar certos conceitos e práticas que foram instituídas no campo de proteção social distributiva ou não contributiva com o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), que é responsável por gerir e organizar a oferta de serviços, programas, projetos e benefícios da política da assistência social em todo território nacional. Dessa forma, a assistência no Brasil, enquanto Política de Seguridade Social,

[...] é uma prática recente, tendo como marco legal a Constituição de 1988, a regulamentação da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) no ano de 1993 e a aprovação da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) em 2004. A PNAS expressa a materialidade do conteúdo da Assistência Social e da LOAS, criando uma nova matriz para a assistência social, inserida no sistema de bem-estar social, compondo o tripé da seguridade social, juntamente com a previdência e a saúde. Como política de Estado, a assistência social brasileira organiza-se em Proteção Social Básica (PSB) e Proteção Social Especial (PSE), que se distinguem pela função dos programas, serviços, ações e benefícios. As ações de proteção básica são de caráter preventivo, com vistas à diminuição das vulnerabilidades e riscos sociais, pautando-se pelos direitos de cidadania. A assistência especial – PSB – diz respeito aos serviços oferecidos prioritariamente pelo Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), unidade pública estatal de base territorial, que se localiza, em geral, em áreas de maior vulnerabilidade social. A PSE tem por objetivo oferecer serviços, programas, ações e benefícios de caráter protetivo, quando há iminência ou já ocorreu a violação de direitos (SERPA et al., 2015, p. 429).

Como elucidado no capítulo anterior, a assistência social e a caridade estavam correlacionadas antes da promulgação da Constituição de 1988, mas com a junção da assistência social à saúde, à previdência e todo sistema de seguridade social entende-se que enquanto política, a assistência social é algo recente (SERPA et al., 2015). Mestriner (2008 apud SERPA et al., 2015, p. 431) define a assistência social como “[...] um conjunto de ações e atividades, público e/ou privado, com o objetivo de suprir, sanar ou prevenir, através de tecnologias específicas, as necessidades e carências dos indivíduos [...], no que diz respeito à sobrevivência, convivência e autonomia social”, é importante retomar algumas posições do caráter assistencial, a

primeira é exercida como caridade, embasada em valores cristãos e iniciativas particulares – enquanto na segunda, “[...] a assistência é uma política de Estado” (SERPA et al., 2015, p. 431), porque existe a concepção e o entendimento de que a pobreza é um problema de desigualdade social, e não algo de cunho –pessoal, um acontecimento natural pelo qual o indivíduo estivesse fadado a viver e lidar.

O papel da Constituição Federal de 1988, aparece então bem claro no âmbito da assistencial social na medida em que mostra a diferença entre caridade e política de proteção social, que vai compreender “[...] um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinado a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social” (CF/88, art. 194 apud SERPA et al., 2015, p. 431). Assim, a assistência social é elevada a um direito do cidadão e dever do Estado. É em razão do cidadão de direito que a Política Nacional de Assistência Social - PNAS é reconhecida em 2004 e executada pelo Sistema Único de Assistência Social - SUAS (SERPA et al., 2015).

Com o reconhecimento da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) em 2004, “[...] pretende-se, desta forma, romper com o viés filantrópico na oferta dos serviços, caracterizando-os como direitos socioassistenciais” (VAITSMAN et al., 2009, p. 738). Vaitsman et al. (2009, p. 738) irão dizer que “[...] a partir de 2005, os recursos federais destinados ao financiamento das ações de assistência social refletem essa perspectiva”, porque a transferência de recursos para maximizar a oferta de serviços já havia aumentado em 2007 quase 40% em relação a 2004, contribuindo para implantação e custeio continuado de novas unidades públicas municipais de serviços instituídas pelo SUAS. Os Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) tiveram maiores investimentos, por exemplo, por serem unidades de atendimento socioassistencial que se constituem como a porta de entrada para o sistema (VAITSMAN et al, 2009).

A nova concepção de assistência social como direito à proteção social, direito à seguridade social, tem duplo efeito: o de suprir sob dado padrão pré-definido um recebimento e o de desenvolver capacidades para maior autonomia (MDS, 2009, pp. 15-16 apud SERPA et al., 2015).

Ao alterar o estatuto político e social do indivíduo que necessita de ajuda, não mais sob o viés do usuário como miserável, alvo da caridade e assistencialismo – a política de assistência social o transforma em sujeito de direito.

Quando se fala em direito, um exemplo são os direitos trabalhistas que surgiram como maneira de cuidar dos mais expostos às desigualdades sociais através

das ações de políticas públicas, a partir disso o Estado passou a se responsabilizar pelo provimento do mínimo de dignidade para alguns trabalhadores. Ou seja, com o avanço da industrialização e da urbanização, o Estado precisou atuar visando a garantia do bem-estar, em congruência com o desenvolvimento do capitalismo que de maneira a operar contra os males do capital necessitou estabelecer regras e programas em prol dos trabalhadores, e os mesmos quando unidos e organizados foram capazes de lutar contra o proletariado visando maximizar os benefícios da classe. Diante da exploração do sistema capitalista vão surgir interesses do próprio Estado e por pressão e mobilização dos trabalhadores, que buscavam condições mais dignas de trabalho e proteção perante a ausência do trabalho, seja por doença, acidente, velhice ou morte.

Sob o contexto supracitado, no início do século XX nasce um sistema de proteção social destinado ao trabalhador formal do meio urbano, desdobrando-se em legislações trabalhistas e previdenciárias que visavam proteger e amparar a classe proletária diante da exploração do sistema capitalista. Sobretudo, os índices de trabalhos informais e rurais permaneciam em alta por conta de uma grande parcela populacional que não era atendida pela política trabalhista e de proteção social, ou seja, “[...] os direitos de proteção estavam restritos aos trabalhadores formais e, para receber o benefício, era preciso ter contribuído³” (THOMÉ, 2014, p. 39). Ainda que tal reconhecimento não se deu a todos os trabalhadores, representaram conquistas importantes de forma que permitiram condições mais dignas de trabalho a extratos da classe trabalhadora. No entanto, a grande maioria da população permanecia desprotegida, sobretudo os mais pobres, desempregados, mendigos, trabalhadores do meio rural, domésticos, autônomos e demais categorias profissionais ainda não abrangidas pelas legislações instituídas, sendo reconhecidos e tratados ora com caridade, ora com repressão.

Entre a era Vargas (1930-1945; 1951-1954) e o fim da ditadura militar no Brasil, em 1985, muitos avanços foram ocorrendo. A Lei Orgânica da Previdência Social, em 1960 unificou a legislação referente aos Institutos de Aposentadorias e Pensões, mas os trabalhadores rurais, domésticos e autônomos foram deixados de lado da categoria

³ Inicialmente, o sistema de Proteção Social que nasce no Brasil, encontrava-se amparado na lógica do Seguro Social, sob a qual requer contribuição direta por parte do trabalhador. Mais recentemente, em 1988, esse reconhecimento é ampliado para a lógica da cidadania, assegurado no âmbito da Seguridade Social.

devido sua menor capacidade de exercer pressão. Em 1966, o Instituto Nacional de Previdência Social (INPS) é criado, unificando as várias Caixas de Aposentaria e Pensão e Institutos de Aposentaria e Pensão existentes até então. Na reforma constitucional de 1967 a previsão do seguro-desemprego é incluída. Em 1971, o Programa de Assistência ao Trabalhador Rural (Pró-rural) foi aprovado e com isso os trabalhadores rurais obtiveram o direito de, independentemente da contribuição, receber uma aposentadoria. Mais tarde, em 1974, o Ministério da Previdência e Assistência Social é instituído.

Assim, enquanto Política Nacional de Assistência Social, a Assistência Social é instituída no âmbito da Seguridade Social como direito de cidadania e dever do Estado, “[...] a Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) estabelece a universalidade, a dignidade e a autonomia como princípios fundamentais da assistência como uma política de proteção social” (SERPA et al., 2015, p. 433). Com efeito, o dispositivo assistencial irá tratar das situações de vulnerabilidades que envolvem os indivíduos, por exemplo, a fragilização dos vínculos de afeto, comunitários, condições precárias de desenvolvimento, desemprego, analfabetismo, falta de qualificação profissional – ou seja, todos os aspectos da vida humana são avaliados como as condições de moradia, segurança, escolaridade, saneamento, trabalho e etc. “A proteção social exige a capacidade de maior aproximação possível do cotidiano da vida das pessoas, pois é nele que riscos, vulnerabilidades se constituem” (MDS, 2009, p. 10 apud SERPA et al., 2015, p. 432). A vulnerabilidade, o risco e a exclusão tornam-se problemas sociais conforme todos têm direito ao exercício de cidadania, e esses fenômenos devem ser combatidos com ações de socialização visando o desenvolvimento das condições de autonomia. E, através das capacidades individuais é que se promove autonomia. Mas, para obter alcance efetivo de mudanças e resultados esperados, é necessário entender que “ter um modelo brasileiro de proteção social não significa que ele já exista ou esteja pronto, mas que ele é uma construção que exige muitos esforços de mudanças” (SPOSATI, s/d, p. 2). Sposati destaca ainda o papel do território na concretização do modelo de proteção social, “pois ele só se instala, e opera, a partir de forças vivas e de ações com sujeitos reais. Ele não flui de uma fórmula matemática, ou laboratorial, mas de um conjunto de relações e de forças em movimento” (SPOSATI, s/d, p. 2). Fica, então, bem claro o papel da assistência e cabe ao Estado o dever de garantir todas as condições necessárias para tal conquista.

Segundo Sen (2000, p. 109 apud SERPA et al., 2015, p. 432) a “[...] pobreza deve ser vista como privação de capacidades básicas em vez de meramente como baixo nível de renda, que é o critério tradicional de identificação de pobreza”, para o autor a política assistencial que deve se responsabilizar por desenvolver as capacidades individuais que garantirão ao indivíduo autonomia. Sobretudo, por ser um fenômeno multifacetado, o enfrentamento da pobreza envolve todas as áreas e políticas sociais.

Autonomia também inclui, no sentido supracitado, o poder de participação do indivíduo na sociedade, isso porque “[...] os processos de exclusão social e simbólica dificultam a formação de sentimentos de pertencimento e interdependência social, necessários para a institucionalização do universalismo na esfera pública” (VAITSMAN et al., 2009, p. 733), cabendo aos sistemas de proteção social, promover a inclusão dentro do âmbito de direitos para a formação do sentimento de inclusão social e política dentro do indivíduo, tratando a institucionalização da assistência com enfoque no universalismo na esfera pública. Combatendo a ideia de que a proteção oferecida pelo Estado é um favor, quando na realidade é um direito, já que “[...] os muitos destituídos só querem proteção e, ao não se sentirem pertencendo à sociedade, não podem ver a coisa pública como sua” (VAITSMAN et al., 2009, p. 733) – contribuindo para a visão de que a participação seria uma maneira de conseguir favores e não de se estar ali ativamente participando por direito. Isso é ainda mais evidente quando se trata da população em situação de rua, pois enxergam os programas socioassistenciais não como maneira que possam contribuir para se emergir socialmente, de ascender, de conquistar, de conseguir novas condições de vida e sim como portas de ajuda.

Quando se fala em privação de capacidades básicas em relação com a vida em situação de rua, entende-se que a questão se torna ainda maior e complexa na medida em que viver dessa forma constitui um problema social, com demandas protetivas por parte do Estado, como também, para a saúde pública e aos profissionais que atuam nos distintos níveis dos serviços de saúde. Porque o combate à invisibilidade dessas pessoas deve ser feito não com ações higienistas, como visto anteriormente, mas sim através de formas que assegurem as possibilidades de autocuidado por exemplo, autonomia, (re)inserção social, fortalecendo os vínculos afetivos e sociais ampliando a promoção de renda, cidadania, emprego, acesso,

dando espaço para a plenitude participativa do indivíduo na sociedade (SILVA et al., 2020).

A PNAS/SUAS é uma estratégia de produção de autonomia, pois as políticas públicas implicam a transformação do estatuto ético e político do beneficiário, da condição de miserável, alvo do assistencialismo e da caridade, para o de sujeito de direito. Tal estatuto assegura não somente que o indivíduo seja assistido em suas necessidades básicas, mas também na instauração das condições para o exercício da cidadania pela conquista da autonomia [...] (SERPA et al., 2015, p. 430).

Dessa maneira, no âmbito da assistência, o órgão responsável por ser a unidade de serviço assistencial é o CRAS – Centro de Referência de Assistência Social – através deste meio é que as famílias e cidadãos devem ingressar na política da assistência social, suas demandas serão ouvidas, suas condições socioeconômicas e pessoais avaliadas, viabilizando minimizar os indicadores de risco e vulnerabilidades. Os profissionais de nível superior, assim, encaminharão essas famílias e indivíduos a se inscrevem no Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico) através de seus perfis de renda, o qual permite o acesso a diversos benefícios, programas, auxílios, projetos quando está inscrito no CadÚnico (SERPA et al., 2015).

A problemática dessa questão está assentada na precariedade dos serviços oferecidos, na burocracia e na falta de ações concretas que acabam, muitas vezes, obrigando “[...] o cidadão ao que ele não pode cumprir plenamente, pela própria deficiência institucional (IVO, 2008, p. 196 apud SERPA et al., 2015, p. 435). Os beneficiários devem cumprir certos requisitos para ter acesso à determinados programas, seguindo as condições estabelecidas para permanência, mas isso se constitui como ameaça ao princípio de cidadania na medida em que são exigidas determinadas condições para que se tenha acesso àquilo que deveria ser um direito, contraditório. Atrapalhando, por vezes, o desenvolvimento, a capacidade de autonomia, a inclusão e o bem-estar social.

[...] A Assistência Social, em forma de política na PNAS, tem a pretensão de promover e ofertar minimamente o que falta para que esse indivíduo possa, por ele próprio, produzir-se, criar-se e desenvolver sua autonomia e sair da situação de vulnerabilidade social na qual se encontra. Mas diante de serviços de péssima qualidade e da falta de recursos para políticas tão essenciais como saúde, educação e segurança o ideal de autonomia pode passar a ser quase inatingível [...] (SERPA et al., 2015, p. 435).

Outro exemplo relacionado à população em situação de rua no que tange à dificuldade de acesso aos serviços, é que por serem um grupo sem endereço fixo e não possuírem documentos de identificação civil, essa população “[...] não integra o

Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas e tem dificuldades de acesso aos serviços de saúde e aos programas sociais do governo [...]” (SILVA et al., 2020, p. 2) – revelando as dificuldades que existem na organização e no planejamento de ações e políticas de atenção próprias ao grupo, mas que acabam mantendo sua invisibilidade, muitas vezes (SILVA et al., 2020).

Portanto, a possibilidade de fazer escolhas dentro do sistema de proteção social está inteiramente atrelada à possibilidade de liberdade para que se garanta a autonomia individual. Mas, como visto, o Estado precisa assegurar as condições mínimas de sobrevivência e existência ao indivíduo usuário como alimentação, saúde, moradia, trabalho e educação, trabalhando ainda mais para que o sistema de proteção mantenha seu caráter público e universal. Com isso, de fato, contribuindo para que a exclusão social, os riscos e vulnerabilidades sejam reduzidos buscando melhorar a capacidade de acesso aos serviços, bens e recursos disponíveis, assim como a permanência nos mesmos.

[...] o enfrentamento da fome e da pobreza como objeto de políticas públicas, a introdução de um programa nacional de garantia de renda e a implementação dos benefícios e serviços enquanto direitos socioassistenciais colocaram na agenda pública uma questão que os países de sistemas de bem-estar maduros já haviam colocado há décadas: a importância de inclusão social e do estabelecimento de padrões de vida mínimos para o conjunto da população (VAITSMAN et al., 2009, p. 740).

2.2 Serviços de Atendimento à População em Situação de Rua (CENTRO POP)

Há duas proteções sociais dentro das políticas públicas garantidas pelo SUAS, a Proteção Social Básica e a Proteção Social Especial que se desdobra em Média e Alta Complexidade. É primordial, sobretudo, entender que a Proteção Especial tem como objetivo principal contribuir para a prevenção de agravamentos e potencialização de recursos para a reparação de situações que envolvam risco pessoal e social, violência, fragilização e rompimento de vínculos familiares, comunitários e/ou sociais – por exemplo, violência física, psicológica e negligência; abandono; violência sexual; situação de rua; trabalho infantil; cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto; afastamento do convívio familiar, dentre outras.

A Proteção Social Especial, então, está organizada na oferta de serviços, programas e projetos de caráter especializado, destinados às famílias e indivíduos em vulnerabilidade e violação de direito, tais situações podem muitas vezes incidir sobre as relações familiares e comunitárias, gerando conflitos, tensões e rupturas,

demandando, portanto, atenção especializada e maior articulação com os órgãos de defesa de direitos e demais políticas públicas setoriais.

Já a Proteção Social Especial de Média Complexidade apresenta maior reestruturação técnica e operativa na oferta de seus serviços, com competências e atribuições bem definidas. Devido à natureza e ao agravamento dos riscos pessoais e sociais vivenciados pelas famílias e indivíduos atendidos, a oferta da atenção na Proteção Social Especial de Média Complexidade requer acompanhamento especializado, individualizado, continuado e articulado com a rede – seja na área da saúde, educação e outras que se fizer necessário ao atendimento. Desta forma, em conformidade com a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) e o Centro de Referência Especializado para a População em Situação de Rua (CENTRO POP), constituem-se como Unidades para oferta e serviço especializado no âmbito da Proteção Social Especial de Média Complexidade.

A Proteção Social Especial de Alta Complexidade, por sua vez, visa a oferta de serviços especializados objetivando garantir segurança de acolhida aos indivíduos e/ou famílias afastados temporariamente do núcleo familiar e/ou comunitários de origem. Em suma, os Serviços de Acolhimento Institucional, Acolhimento em República, Acolhimento em Família Acolhedora e o Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e de Emergências, formam os serviços de Proteção Social Especial de Alta Complexidade, em conformidade com a Tipificação Nacional.

Segundo o Ministério do Desenvolvimento Social e do Combate à Fome (BRASIL, s/d, p. 3) há normativas que regem a atenção à população em situação de rua no campo do SUAS:

- **Política Nacional de Assistência Social (PNAS)** – A PNAS reconheceu a atenção à população em situação de rua no âmbito do SUAS. De acordo com a PNAS (2004, p. 37), “no caso da proteção social especial à população em situação de rua serão priorizados os serviços que possibilitem a organização de um novo projeto de vida, visando criar condições para adquirirem referências na sociedade brasileira, enquanto sujeitos de direitos”.
- **Lei nº 11.258 de 2005, que inclui, no parágrafo único do artigo 23 da Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS**, prerrogativa de que, na organização dos serviços da Assistência social, deverão ser criados programas destinados às pessoas em situação de rua.
- **Decreto s/nº, de 25 de outubro de 2006** - institui o Grupo de Trabalho Interministerial (GTI), coordenado pelo MDS, com a finalidade de elaborar estudos a apresentar propostas de políticas públicas para inclusão social da população em situação de rua.
- **Resolução do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS nº 109, de 11 de novembro, de 2009 – Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais** – Documento que tipifica os serviços socioassistenciais

em setor nacional, dentre os quais os serviços destinados ao atendimento à população em situação de rua na Proteção Social Especial – PSE: Serviço Especializado em Abordagem Social; Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua; Serviço de Acolhimento Institucional (que incluem adultos e famílias em situação de rua) e serviço de Acolhimento em República (que inclui adultos em processo de saída das ruas).

Dentro das orientações sobre o Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (CENTRO POP), o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome conceitua o Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua como uma “[...] unidade pública e estatal, lócus de referência e atendimento especializado a população adulta em situação de rua, no âmbito da Proteção Social Especial de Média Complexidade do SUAS” (BRASIL, s/d, p. 6).

Todo Centro Pop deve ofertar o Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua, de acordo com a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. A unidade deve representar um espaço de referência para o convívio grupal, social e o desenvolvimento de relações de solidariedade, afetividade e respeito, “[...] funcionando como um ponto de apoio para fazer refeições, cuidar da higiene pessoal, lavar roupas, guardar pertences pessoais, participar de oficinas e outras atividades coletivas” (BRASIL, 2019, p. 12). Na atenção ofertada no Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua deve-se proporcionar vivências para o alcance da autonomia, estimulando, além disso, a organização, a mobilização e a participação social.

Para além da oferta do Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua, que deve ser obrigatoriamente ofertado, a Unidade poderá ofertar também o Serviço Especializado em Abordagem Social, conforme a avaliação e planejamento do órgão gestor local, desde que isso não ocorra em prejuízos ao desempenho da oferta do Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua.

A abordagem social é uma iniciativa que complementa o trabalho dentro dos Centros Pop, através da atuação de equipes interdisciplinares o mapeamento dos locais em que as pessoas em situação de rua vivem deve ser realizado visando abordar e auxiliar essa população em suas necessidades específicas. Para facilitar a comunicação, pessoas que já viveram em situação de rua podem integrar as equipes de abordagem social. Os serviços de abordagem social objetiva encaminhar as pessoas que estão em situação de rua que tiverem interesse em tirar documentos de identificação e realizar seu processo no Cadastro Único, beneficiando-se do Programa

Bolsa Família e em cursos de qualificação profissional e acadêmica. Em geral, as pessoas em situação de rua sofrem muitos preconceitos e discriminações no dia a dia, dessa forma, as equipes de abordagem devem procurar romper com essas barreiras, acompanhando essa população em uma consulta médica por exemplo, ou conseguindo um medicamento pela rede do Sistema Único de Saúde (BRASIL, 2019).

As equipes de abordagem social são responsáveis por territórios específicos, e muitas vezes membros da equipe conhecem individualmente cada pessoa em situação de rua daquele território, suas histórias, se estudam, se trabalham e se há necessidade de algum tratamento médico. Através dessas informações, as equipes realizam os possíveis encaminhamentos para efetivação de algum benefício social, como candidaturas em vagas de emprego ou curso profissionalizante, agendamento em consultas ou exames médicos (BRASIL, 2019). Ou seja, “[...] não é apenas uma abordagem pontual que é feita, mas um mapeamento contínuo das pessoas em situação de rua, a fim de atuar em suas vulnerabilidades e necessidades específicas” (BRASIL, 2019, p. 15).

Para tais ações tornarem-se concretas, o Centro de Referência Especializado para a População em Situação de Rua deve estar localizado em um território de fácil acesso, desta forma, para identificar as áreas de maior concentração e trânsito dessa população, bem como sua dinâmica de movimentação é necessária a elaboração de um diagnóstico socio territorial para tais fins considerando todas as especificidades do local.

No que tange à infraestrutura do Centro Pop, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, atual Ministério da Cidadania, assegura que para promover uma acolhida adequada e escuta qualificada dos usuários, o ambiente físico precisa ser acolhedor, portando espaços para atendimentos individuais e grupais, sob condições de sigilo e privacidade, recomendando que seja implantado em edificação com espaços essenciais para o desenvolvimento das suas atividades, através do respeito à dignidade, postura ética, diversidade e não-discriminação que o espaço físico deve ser compartilhado por toda a equipe de maneira que a qualidade do atendimento aos usuários acolhidos não seja prejudicada (BRASIL, s/d). Para além de comportar os serviços ofertados, o espaço físico deve representar aos usuários “[...] um espaço público de bem-estar, cooperação, construção de vínculos, concretização de direitos, enfim, um lugar de referência para o exercício da cidadania

e fortalecimento do protagonismo por parte da população em situação de rua (BRASIL, s/d, p. 11)”.

Em um local visível, a unidade deverá ter afixada uma placa de identificação com o nome por extenso – Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua, que poderá ser acrescido nome fantasia, sobretudo nos municípios com mais de uma unidade. O período de funcionamento do Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua, deverá funcionar (estar aberto para atendimento ao público) necessariamente nos dias úteis, no mínimo 5 dias por semana, durante 8 horas diárias, assegurada a presença de equipe profissional necessária para o bom funcionamento do serviço.

O Serviço Especializado para Pessoas em situação de Rua se caracteriza, de acordo com a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, como Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua e é ofertado para aqueles (as) que utilizam as ruas como espaço de moradia e/ou sobrevivência. A finalidade é garantir atendimento e trabalhar em atividades direcionadas para o desenvolvimento de sociabilidades, na perspectiva do fortalecimento de vínculos interpessoais e/ou familiares que oportunizem a construção de novos projetos de vida. Além disso, assegura trabalho técnico para análise das demandas dos usuários, orientação individual/grupal e encaminhamentos a outros serviços socioassistenciais, demais políticas públicas e órgãos de defesa de direitos que possam contribuir para a construção da autonomia, inserção social e em rede de proteção social.

Em conformidade com a Tipificação Nacional, constituem público desse serviço: jovens, adultos, idosos, e famílias que utilizam as ruas como espaço de moradia e/ou sobrevivência. Destaca-se que crianças e adolescentes em situação de rua podem ser atendidos pelo Serviço somente quando acompanhado de familiar ou responsável, conforme o Estatuto da Criança e Adolescente – ECA.

Os princípios da atenção ofertada no Serviço Especializado devem considerar fatores éticos e respeito à dignidade, construindo um trabalho em rede que seja capaz de pautar a relação com a cidade a realidade do território, o acesso a direitos socioassistenciais, visando restaurar e preservar a integridade e a autonomia da população em situação de rua, reinserindo-a na comunidade, respeitando suas escolhas e especificidades do atendimento proporcionando a construção de novos projetos de vida, “[...] os(as) profissionais de saúde devem se atentar e buscar estratégias para aproximação e fortalecimento de vínculos” (SILVA et al., 2020, p. 7).

Mas é preciso considerar tanto a individualidade quanto a coletividade das relações, buscando reconhecer as demandas e necessidades do grupo. Faz-se necessário olhar e compreender a saúde em perspectiva ampla, considerando a pessoa, o seu contexto e o sentido atribuído ao que é representado, para haver a(s) possibilidade(s) de entender/explicar comportamentos e simbolizações (SILVA et al., 2020, p. 2).

Por meio de demanda espontânea, os usuários podem acessar tal serviço ou através do encaminhamento realizado pelo Serviço Especializado em Abordagem Social e demais serviços da rede socioassistencial.

A Tipificação Nacional ainda destaca a importância da articulação do Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua com serviços de Proteção Social Básica e Proteção Especial, através da abordagem social e do acolhimento. Deve contar também com serviços de políticas públicas setoriais, considerando políticas de saúde, habitação e trabalho; redes sociais locais e movimentos sociais; sistema de Segurança Pública; instituições de Ensino e Pesquisa e também contar com serviços, programas e projetos de instituições não-governamentais e comunitárias.

Viver na rua expõe homens e mulheres a vulnerabilidades e riscos que influenciam suas condições de vida e processos de saúde. O fenômeno pessoas em situação de rua é complexo, multifacetado, sendo histórico, social, global e com diversas implicações sociais, políticas e econômicas. Em consonância com Silva et al. (2020, p. 2) “[...] viver e estar nas ruas gera processos diversos de preconceito, discriminação, medo, violência em todas as suas dimensões e perdas de direitos humanos básicos, como acesso a saúde, educação, moradia, renda, emprego e lazer”, por isso, as particularidades que envolvem esse segmento da população requerem intervenções práticas e multisetoriais nos serviços de alta complexidade, na formulação e efetivação de políticas.

Diante dos fatos supracitados, o papel da articulação está bem colocado na medida em que torna fundamental o planejamento e o desenvolvimento conjunto de estratégias de intervenção, integrando o Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua como um importante canal para o desenvolvimento de ações que garantam o fortalecimento da cidadania, da participação social e conhecimento dos usuários sobre seus direitos visando à mobilização de recursos para o enfrentamento de situações adversas e a luta por interesses comuns.

CAPÍTULO 3

O PAPEL DO ASSISTENTE SOCIAL NA ATENÇÃO À POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA

3.1 O Trabalho do Assistente Social com a População em Situação de Rua no Centro Pop: Desafios e Possibilidades

Como visto anteriormente, com a Constituição Federal de 1988, a assistência social é elevada ao status de política pública, pois “[...] incluída no âmbito da Seguridade Social e regulamentada pela LOAS em dezembro de 1993, como política social pública, a assistência social inicia seu trânsito para um campo novo: o campo dos direitos, da universalização dos acessos e da responsabilidade estatal” (ARGILES; SILVA, 2011, p. 4). Sabe-se que a existência de pessoas vivendo nas ruas tem sua maior intensidade no início do capitalismo, com as transformações nos processos produtivos e diante da consolidação da globalização, observa-se que quanto a esse fenômeno “[...] o seu recrudescimento estaria relacionado à crise/reestruturação do modo de produção capitalista a partir dos anos 1970” (ROSA, 2005; SILVA, 2009 apud PINHO et al., 2019, p. 481), formalizando-se no desemprego, na precarização e na perda de direitos sociais. Sobretudo, no campo da política de Assistência Social também “[...] houve avanços nas políticas sociais voltadas às pessoas em situação de rua no Brasil [...] por meio dos Centros de Referência Especializados para a População em Situação de Rua (Centros Pop)” (PINHO et. al, 2019, p. 481), que são de grande importância na garantia de direitos sociais à essa população. Sob esse aspecto, a Constituição Federal de 1988 representou “[...] os princípios formais que garantem direitos igualitários para toda sociedade, o reconhecimento da política social enquanto direito social e um reordenamento político administrativo que firma espaços de participação da sociedade civil no interior do aparato estatal” (ARGILES; SILVA, 2011, p. 4).

A partir do Decreto nº 7.053/2009 que institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua, o Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (Centro Pop), deve trabalhar com um atendimento ao usuário que rompe com o assistencialismo e a tutela e adquire status de direito (BRASIL, 2011 apud PINHO et al., 2019, p. 482), “[...] assim, refletir, organizar e articular estratégias acerca da inclusão produtiva das pessoas em situação de rua torna-se um aspecto relevante do papel dos Centros Pop na organização do acompanhamento desses sujeitos” (PINHO et al., 2019, p. 483).

A fragilidade dos laços familiares e comunitários e a precarização do trabalho por exemplo, intensificam a vulnerabilidade que leva os sujeitos a viverem nas ruas. Não se tratando “[...] de um fenômeno conjuntural ou específico de alguns contextos espaciais; mas, sim, do efeito da histórica desigualdade capitalista” (ARGILES; SILVA, 2011, p. 3). Dessa forma, o papel do assistente social aparece bem definido através do “[...] desenvolvimento de programas e serviços sociais que cubram, reduzam ou previnam exclusões, riscos e vulnerabilidades sociais, bem como atendam às necessidades [...] de seus usuários, visando garantir o seu acesso a direitos sociais [...]” (SPOSATI, 1998; NOB-SUAS, 2005 apud ARGILES; SILVA, 2011, p. 5), pois “[...] é na cotidianidade da vida que a história se faz, é aí que se forjam vulnerabilidades e riscos, mas se forjam também formas de superação” (MARTINELLI, 1995 apud idem, 2011, p. 503).

Desse modo, a assistência social configura-se como possibilidade de reconhecimento público da legitimidade das demandas de seus usuários e espaço de seu protagonismo. E exige que as provisões assistenciais sejam prioritariamente pensadas no âmbito das garantias de cidadania sob vigilância do Estado, cabendo a este a universalização da cobertura e garantia de direitos e de acesso para os serviços, programas e projetos sob sua responsabilidade (ARGILES; SILVA, 2011, p. 5).

É necessário entender que o conceito de usuário na assistência social também foi ampliado a partir da Política Nacional de Assistência Social. Na tentativa de superar a fragmentação presente na abordagem por segmentos (crianças, idosos, a população em situação de rua, etc...) o SUAS busca trabalhar com

[...] cidadãos e grupos que se encontram em situações de vulnerabilidades e riscos, tais como: famílias e indivíduos com perda ou fragilidade de vínculos de afetividade, pertencimento e sociabilidade; ciclos de vida; identidades estigmatizadas em termos étnicos, cultural e sexual; desvantagem pessoal resultante de deficiência; exclusão pela pobreza e/ou no acesso às demais políticas públicas; uso de substâncias psicoativas; diferentes formas de violência advindas do núcleo familiar, grupos e indivíduos; inserção precária ou não inserção no mercado de trabalho formal e informal; estratégias e alternativas diferenciadas de sobrevivência que podem representar risco pessoal ou social. (PNAS, 2004, p. 27 apud ARGILES; SILVA, 2011, p. 6-7).

Feito esse resgate, é evidente e de suma importância que se faça a problematização no espaço institucional previsto na Tipificação no que tange ao atendimento integral à pessoa em situação de rua. A autora pretende aqui tratar das ações que permeiam o profissional assistente social a partir do serviço no Centro Pop com seus desafios e possibilidades.

O perfil da população atendida é diversificado, são pessoas que apresentam transtornos mentais, pessoas abandonadas pela família por inúmeras razões,

imigrantes que tentam mudar de cidade com o objetivo de pleitear um emprego e que acaba não dando certo, pessoas que são dependentes alcoólicas, químicas e outras que acabaram de deixar o sistema carcerário passam a fazer da rua seu espaço de moradia. Com isso, a população em situação de rua integra o público atendido por assistentes sociais em diversos espaços sócio-ocupacionais. Estes profissionais, de acordo com o Conselho Regional de Serviço Social (CRESS)⁴, “[...] têm como competência realizar análises e intervenções qualificadas na realidade, cujas demandas se apresentam de forma fragmentada, emergenciais e imediatizadas” (2019, p. 2), através do planejamento de um projeto de intervenção que vá orientar as atividades cotidianas, coordenando a relação entre o Centro Pop e as demais Unidades de Serviços Socioassistenciais, especialmente com os serviços de acolhimento em prol da população atendida para que haja a

[...] articulação profissional com outras categorias, movimentos sociais, entidades e conselhos que tenham afinidade com os princípios éticos da profissão, a fim de empreender defesas e posicionamentos coletivos, haja vista que o Serviço Social não é uma profissão isolada no mundo e do contexto em que se dá o exercício profissional (CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL, 2019, p. 6).

Na prática, algumas dificuldades observadas no serviço de acolhimento por exemplo, apresentam-se nas rotinas e horários de funcionamento da instituição que nem sempre, representam ou estão de acordo com a realidade de quem vive nas ruas, porque essas pessoas possuem suas próprias rotinas, seus horários, tempo de almoço, jantar, compromissos marcados para o trabalho com recicláveis – por tais questões, os usuários acabavam perdendo suas vagas ou sendo desligados do serviço, por não se encaixarem nas dinâmicas que permeiam seu dia-a-dia. Outra questão é que muitos usuários não aceitavam o acolhimento, pelo fato de a instituição não comportar seus animais de estimação, com quem cultivam laços afetivos. Quanto a esses fatos, é necessário que “[...] haja a apresentação de outras possibilidades de atuação junto à população atendida” (CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL, 2019, p. 6). A vivência na rua traz para essa população uma sensação de liberdade e experiência de sobrevivência de grande valia sob diversos aspectos, dessa forma, o usuário acaba muitas vezes sendo culpabilizado pela precariedade ou dificuldade de acesso ao serviço de acolhimento. Por suas normas inflexíveis, tal

⁴ O CRESS Rio de Janeiro cumprindo a sua prerrogativa de orientar, fiscalizar e disciplinar o exercício profissional no âmbito estadual expede o Termo de Orientação, objetivando orientar o trabalho de assistentes sociais na abordagem à população em situação de rua.

serviço, incapaz, muitas vezes, de atender a demanda, torna-se um instrumento que tem como engrenagem um processo rotativo e expulsório de pessoas, idealizando falsamente o seu funcionamento e estancando a precarização de seu real estado.

O serviço desarticulado, sem o trabalho em rede com a atenção integral às demandas e necessidades da população em situação de rua, tende a qualificar isoladamente, atribuir e responsabilizar apenas o usuário, numa perspectiva equivocada e “[...] isentando o poder público de corresponsabilização na criação e viabilização de oportunidades concretas [...] por quem vive em situação de rua” (PINHO et al., 2019, p. 489).

Outro descaminho é que as intervenções dos assistentes sociais respondem situações do dia-a-dia que, nem sempre, garantem os direitos dos usuários, conforme suas demandas e expectativas. Sob esse viés é fundamental considerar a visão própria de quem vive na rua, seus desejos, perspectivas, contextos de vida, dificuldades e percepções, para assim, poder “balizar ações que, de fato, correspondam às reais demandas e necessidades desses sujeitos [...]” (PINHO et al., 2019, p. 492). O maior desafio que se coloca à população em situação de rua, é justamente poder se encaixar integralmente na realidade social e sentir-se acolhida.

É vedado à assistente social no exercício de suas funções “exercer sua autoridade de maneira a limitar ou cercear o direito do/a usuário/a de participar e decidir livremente sobre seus interesses” (artigo 6º, alínea a) e acatar decisão institucional que fira os princípios do Código (artigo 4º, alínea c). Violações às mencionadas alíneas são consideradas “especialmente graves”, nos termos do artigo 28 do Código. Para, além disto, a autonomia profissional figura entre os direitos das assistentes sociais para desenvolvimento das atividades inerentes ao seu cargo (CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL, 2019, p. 3).

Na continuidade sobre as ações previstas e atribuições do assistente social no Centro Pop, cita-se a discussão com a equipe técnica sobre estratégias e ferramentas teórico-metodológicas que possam qualificar o trabalho a partir da dinâmica, dos processos e recursos humanos dentro da unidade, cabe ao profissional também coordenar a execução das ações, assegurando diálogo e possibilidades de participação dos profissionais e usuários, assim como fazer parte da elaboração, do acompanhamento, da implementação e avaliação dos fluxos e procedimentos adotados, visando garantir a efetivação das articulações necessárias em prol da população em situação de rua e, coordenar os encaminhamentos à rede e seu acompanhamento.

Outra dificuldade encontrada diz respeito ao trabalho do assistente social que pode ser prejudicado pela falta de recursos dentro da instituição, o que inviabiliza o atendimento e escuta qualificada, mas a problemática está centrada na suspensão, desligamento e/ou punição que é colocada ao usuário pelos déficits institucionais e políticas de “tolerância zero”, utilizando-se das mazelas do dia-a-dia para escoar essa população não efetivando seus direitos. Indo contra as formas de superação da situação de rua, autonomia, emancipação e resgate do pertencimento social, sendo que as necessidades, sejam coletivas e/ou singulares, devem ser respondidas e dentre elas, a moradia, a saúde, a educação, alimentação etc.

Quando se fala em falta de recursos, fala-se na ausência de auxílios às construções de projetos de vida das pessoas que vivem em situação de rua. Só que para um possível enfrentamento dessa questão é necessária “[...] a previsão de um fundo público em diferentes políticas setoriais destinado ao investimento em programas e serviços construídos em conjunto, de forma integrada e que visem o atendimento integral dos usuários” (ARGILES & SILVA, 2011, p. 10). Com isso, a ação tomará o palco, de maneira efetiva, em lugar somente do discurso.

O incentivo à internação involuntária e ao financiamento, através do fundo público, de serviços de cunho filantrópico e/ou privado, a perpetuação de ações que requerem “recolhimento forçado”, despejo e outras ações violentas contra pessoas em situação de rua, marcados em um contexto de sucateamento de serviços que atendam a este grupo populacional, visando à atenção a seus direitos, é incompatível com o exercício profissional ético de assistentes sociais (CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL, 2019, p. 4).

Além disso, para um bom desempenho do trabalho e compreendendo a complexidade da população em situação é necessário o trabalho conjunto e integrado entre o/a assistente social e os demais profissionais do serviço, além de sua articulação com os profissionais de outras áreas, sobretudo, da política de saúde, enquanto parte do sistema de proteção social, e área demandante das pessoas que se encontram em situação de rua.

A prática de intervenção com base na intersetorialidade é essencial na construção de políticas públicas para a população em situação de rua, pois

[...] configura-se na resposta mais adequada frente à complexidade dos problemas sociais, às necessidades individuais e coletivas dos sujeitos, bem como, sua qualidade de vida, na certeza de que uma política social isolada não consegue resolver sozinha os problemas com os quais essa população se depara (JUNQUEIRA, 2004 apud PINHO et. al, 2019, p. 488).

O assistente social, com sua prática fundamentada pela questão social,

[...] visa o embate de suas expressões que repercutem nos diversos níveis de complexidade de saúde e estão vinculadas a fatores condicionantes e determinantes da saúde, como “a alimentação, a moradia, o saneamento básico, o meio ambiente, o trabalho, a renda, a educação, o transporte, o lazer, o acesso aos bens e serviços essenciais (...)” (Lei nº 8.080/1990, artigo 3º). Sendo assim, a atuação do Assistente Social perpassa por questões de democratização do acesso aos serviços de saúde, atendimento integral e interdisciplinar ao usuário e fomento de sua participação popular e controle social nas políticas de saúde, indo de encontro a uma perspectiva totalizante, em que as determinações sociais, econômicas e culturais da realidade da população e dos sujeitos atendidos sejam consideradas (CFESS, 2010 apud CUNHA, 2018, p. 11).

Vale citar a relação dos assistentes sociais com os direitos de pessoas em situação de rua que fazem uso de álcool e outras drogas, neste contexto, é importante reafirmar “[...] a defesa intransigente das conquistas trazidas pela Seguridade Social e pelas Reformas Sanitária e Psiquiátrica que indicam um trabalho coletivo em saúde [...]” (CRESS, 2019, p. 4), apontando para a necessidade de estabelecer as diretrizes democráticas de participação social a partir de serviços que possibilitem o tratamento humanizado, convívio social e comunitário.

Para intervir, o assistente social “[...] precisa estar constantemente conectado a realidade, numa postura investigativa, criando e recriando possibilidades de enfrentamento da questão social e de superação das desigualdades sociais” (BARBIANI, 1998, p. 157 apud RAIMUINDO, 2003, p. 31).

Orientamos também que no exercício cotidiano da profissão em serviços destinados à população em situação de rua e aos usuários de álcool e outras drogas, por meio dos mais diversos instrumentais de trabalho, as profissionais de Serviço Social exponham o contexto de regressão de direitos e o sucateamento dos serviços destinados à população atendida (CRESS, 2019, p. 5).

São necessárias maiores intervenções em busca de respostas e ações integrativas entre os profissionais multisetoriais, operadores sociais e funcionários que atendem diretamente a população em situação de rua, considerando os aspectos que envolvem esse fenômeno complexo e heterogêneo, de maneira que espaços para diálogos sejam criados, levando em consideração medidas que façam sentido tanto para os usuários quanto para os profissionais de atendimento, buscando minimizar, também, os efeitos dos estigmas do senso comum sobre essa população.

Entre os princípios do Código de Ética Profissional destacamos: o “empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças” e a defesa da “ampliação e consolidação da cidadania, considerada tarefa primordial de toda sociedade, com vistas à garantia dos direitos civis sociais e políticos das classes trabalhadoras”. Estes, e outros princípios, indicam que assistentes sociais devem atuar no

sentido de contribuir para a ampliação de direitos e no combate a preconceitos (CRESS, 2019, p. 5).

Algumas possibilidades que podem ser postas frente aos desafios supracitados no serviço do Centro Pop é o fortalecimento, por exemplo, de oficinas diversas como a de alfabetização, informações sobre política, sociedade e interações grupais no geral entre e com a população em situação de rua, diálogos sobre o respeito à diversidade e suas implicações no campo social através da arte e da música e também, em alguns casos, focar em conversas individualizadas.

Desse modo, a assistência social configura-se como possibilidade de reconhecimento pública da legitimidade das demandas de seus usuários e espaço de seu protagonismo. E exige que as provisões assistenciais sejam prioritariamente pensadas no âmbito das garantias de cidadania sob vigilância do Estado, cabendo a este a universalização da cobertura e garantia de direitos e de acesso para os serviços, programas e projetos sob sua responsabilidade (ARGILES; SILVA, 2011, p. 5).

Dentro das ações previstas e das possibilidades de efetivação das mesmas por parte dos assistentes sociais com a população em situação de rua a partir do serviço no Centro Pop, evidencia-se, no cotidiano da prática, que ainda existem dificuldades no estabelecimento e acesso de recursos que possam garantir a cidadania na vida das pessoas que vivem nas ruas, em conformidade com os regimentos do Código de Ética Profissional. Muitas contradições ainda se materializam na realidade, e cabe ao Estado a responsabilidade frente às mudanças que são necessárias para este enfrentamento, principalmente, na busca por alternativas à sobrevivência da população em situação de rua, assim como, salientar o papel das políticas sociais de enfrentamento à pobreza, exclusão e reconhecer na pessoa que vive em situação de rua a sua própria dimensão social e, a partir disso, consolidar ações de intervenção no caminho da emancipação humana.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A ideia inicial deste trabalho tinha como base uma pesquisa com entrevistas semiestruturadas com três pessoas em situação de rua que são usuárias do serviço e com dois profissionais do Serviço Social, que atuam diretamente com a população em situação de rua na região de São Vicente. Entretanto, com o início da pandemia de Covid-19, muitos projetos foram adiados e modificados. Dessa forma, o presente trabalho foi embasado em estudos bibliográficos, documentais e legais sem a possibilidade de se realizar uma análise empírica do tema. Apesar de todo o percalço, esse trabalho de conclusão de curso teve como horizonte proporcionar maior visibilidade e criar espaço para diálogos e reflexões a respeito das burocracias que envolvem a efetivação de políticas públicas para as pessoas em situação de rua.

Entendemos que a população em situação de rua é definida como um fenômeno populacional heterogêneo e complexo, que tem a pobreza extrema em comum, vínculos familiares fragilizados ou rompidos e sem moradia convencional regular (Decreto nº 7.053/2009). A origem desse fenômeno está intimamente ligada a consolidação do modo de produção capitalista, “[...] em meio a uma sociedade marcada pela desigualdade social e supervalorização do capital em detrimento do respeito aos direitos inalienáveis do ser humano a “População em Situação de Rua” pode ser considerada como uma das mais dramáticas manifestações da questão social” (ARGILES; SILVA, 2011, p. 2, grifo do autor). E “[...] viver e estar nas ruas gera processos diversos de preconceito, discriminação, medo, violência em todas as suas dimensões e perdas de direitos humanos básicos, como acesso a saúde, educação, moradia, emprego, renda e lazer” (SILVA et al., 2019, p. 2). Pois sabemos que esse grupo populacional, por falta de endereço fixo e documentação de identificação civil, tem dificuldades de acesso aos serviços básicos de saúde e aos programas sociais do governo, assim como possui particularidades, que influenciam seus modos de vidas peculiares e que devem ser considerados nas intervenções profissionais, tanto na atenção primária à saúde ou em serviços de alta complexidade, assim como na formulação de políticas.

A tendência à naturalização desse fenômeno, se faz acompanhada da ausência de políticas sociais universalizantes, com capacidade de redução da pobreza e das desigualdades sociais dentro da perspectiva de ampliação da cidadania, que garantam a cobertura às pessoas que se encontram em situação de rua. Sobretudo, ao longo da história, essa população foi marcada por hábitos

higienistas por parte do Estado, da Igreja e algumas camadas da sociedade civil visando camuflar esse fenômeno através de massacres, forças repressivas policiais ou sendo retiradas forçadamente. Muitas dessas práticas ainda se fazem presentes na atualidade nos grandes centros urbanos do país e até mesmo pelos próprios órgãos do poder público, levando em consideração especificidades no que tange aos valores, hábitos, peculiaridades socioeconômicas, culturais e geográficas hegemônicas no território - tais condutas influenciam, então, e intensificam práticas preconceituosas e estigmatizadas no que se refere às pessoas que vivem em situação de rua.

Discutir sobre a população em situação de rua é fazer um exercício reflexivo que nos leva ao século XIX, momento em que a mitologia sagrada a respeito do mendigo é rompida, e passa a ser adotada a concepção de que a pobreza poderia comprometer a ordem social vigente colocando as elites mais poderosas em risco. A partir disso, o conceito de pobreza adquire novas formas na medida em que o Estado passa a fomentar e tensionar a responsabilidade da miséria ao próprio indivíduo, e o restante da sociedade passa a acreditar e considerar os mendigos como vadios e perigosos. No entanto, tanto a pobreza quanto a exclusão social são fenômenos resultantes da questão social que, na sociedade capitalista atual, assolam a vida das classes subalternas.

A Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios (Pnad) mostrou que entre 1983 e 1984, metade dos brasileiros estava abaixo da linha da pobreza e com o fim de um período histórico de restrições de direitos políticos, fez-se necessária a existência de políticas de proteção não contributivas. Com isso, a questão social, expressa através de múltiplas expressões, neste contexto de pobreza, que resulta da profunda concentração de riqueza “[...] ocasiona um processo de negação dos direitos sociais arduamente conquistados na medida em que prospera a defesa de um “Estado Mínimo”, que minimaliza as necessidades básicas, sociais, de proteção” (ARGILES & SILVA, 2011, p. 3, grifo do autor). O cenário muda com a promulgação da Constituição Federal de 1988, a “Constituição Cidadã”, uma grande conquista, com ela a Assistência Social Brasileira adquire um novo caráter, “estruturar-se como ‘política’ e consolidar-se como ‘pública” (idem, p. 4) - na perspectiva de que a proteção social seja amparada sob o viés público universalizante.

Integrada à Seguridade Social, a política pública de Assistência Social no Brasil destina-se a quem dela precisar, sendo sua garantia um direito de todos os cidadãos e um dever do Estado, tendo sido organizada pela Lei Orgânica

de Assistência Social (LOAS) (Lei nº 8724/1993), devendo prover mínimos sociais, em que a integração no mercado de trabalho aparece em seu art. 2º, como um dos objetivos preconizados pela política (BRASIL, 1993). Na década seguinte, é criada a Política Nacional de Assistência Social, materializada pelo Sistema Único de Assistência Social (SUAS) que organiza os serviços, programas, projetos e benefícios voltados à política pública de assistência social (BRASIL, 2004, 2005) (PINHO et al., 2019, p. 482).

Em pleno período do fim do regime militar, a Constituição passou a garantir inúmeros direitos à sociedade civil tais como o direito à educação, moradia e saúde. O Benefício de Prestação Continuada (BPC), também foi estabelecido pela Constituição, assegurando renda aos idosos e portadores de deficiência em extrema pobreza.

Entretanto, muitos desafios ainda estão postos à frente da sociedade brasileira, como o acesso de qualidade integral às políticas públicas de assistência social, previdência social e saúde. O Brasil vem passando por grandes retrocessos por tensões ideológicas, políticas e econômicas, resultando em danos irreparáveis às políticas sociais. Diante desse cenário, a pandemia de Covid-19 escancarou as crises de saúde e as pessoas em situação de rua foram colocadas com maior intensidade em posição de extrema vulnerabilidade em todos os aspectos que as envolvem (assistência, saúde, moradia e trabalho informal).

Em face aos fatos supracitados, o interesse dessa pesquisa esteve centralizado diretamente no trabalho do/a assistente social junto à população em situação de rua no serviço do Centro Pop, que depende também, que o Estado faça o seu dever desburocratizando o acesso às políticas públicas que esteja ligado estritamente à essa população, considerando as ações que permeiam o exercício profissional visando combater as inserções precárias e provisórias da população atendida a partir das possibilidades e desafios presentes em prol das garantias dos direitos humanos e sociais, assegurados na Constituição Federal de 1988 e em legislações subsequentes. Problematisando se os serviços, em sua amplitude, conseguem atender ou não as demandas apresentadas pelos usuários.

Atuante na realidade social e sob as múltiplas expressões da questão social, o assistente social possui sua própria inserção na divisão técnica e social do trabalho, por ser uma profissão de intervenção, suas práticas devem considerar o contexto de ação em sua maior amplitude no que tange às formas de enfrentamento das situações de violação de direitos que afetam os setores subalternos e as condições de vida da população ao todo – tendo como fim último a emancipação social (MARTINELLI,

2011). Considerando seu “[...] compromisso na promoção do bem-estar individual e coletivo pelas trocas materiais e sociais, com a valorização das capacidades individuais e coletivas e a retomada de valor social (GHIRARDI et al., 2005, apud PINHO et al., 2019, p. 489).

É preciso que o usuário tenha suas demandas atendidas, como previsto na Tipificação, em uma perspectiva integral, totalizante e intersetorial, dentro desse organismo, o papel dos diálogos está bem posto, ouvir e entender a população em situação de rua enquanto ativa e falante, em seu espaço de fala, colocação, exposição de suas vivências do cotidiano, mostra-se altamente eficaz na busca de melhores resultados para o enfrentamento desse fenômeno, dos conflitos e das construções de projetos de vida que o envolvem dentro e fora do aparato institucional, combatendo a resistência da prática pelo que está dito na legislação, sendo importante considerar que o SUAS enquanto órgão de gestão e garantia de direitos sociais no âmbito da assistência social “[...] exige um reordenamento que ultrapassa as questões previstas nos instrumentos legais que o formalizam” (ARGELIS & SILVA, 2011, p. 10) - em consonância com Couto (2004, p. 176) “[...] incorporar a legislação à vida da população pobre brasileira é necessariamente um dos caminhos, embora insuficiente, para incidir na criação de uma cultura que considere a política de Assistência Social pela ótica da cidadania”. Para garantir a visibilidade população em situação de rua, é necessário “[...] garantir formas de autocuidado, (re)inserção social, restabelecimento de vínculos, promoção de emprego, renda e cidadania, se a compreendermos como sendo a pena participação da pessoa na sociedade” (SILVA et. al, 2019, p. 5).

Mesmo com todas as dificuldades, a Constituição Federal de 1988 e as legislações subsequentes, são igualmente importante nos serviços de assistência social a partir do Centro Pop para a população em situação de rua, pois desloca a discussão para o campo de direitos, contribuindo para a emancipação humana mesmo na ordem capitalista, reconhecendo que as políticas públicas são iniciativas importantes na superação desse fenômeno complexo e fundamentais para nortear ações profissionais integrativas que considerem no espaço de garantia de direitos, um espaço de luta e resistência à opressão. Propiciando, ainda, ao assistente social condições que favoreçam um atendimento digno e ético, visando atender as demandas de modo adequado e pontual.

O tema é importante para a formação acadêmica do estudante de Serviço Social, como também para a Academia e Sociedade, no sentido de compreender a

complexidade e heterogeneidade dessa demanda e defender políticas públicas que assegurem direitos. No entanto, é mandatório considerar as implicações que envolvem o contexto atual da população brasileira, sob o qual

observa-se um recrudescimento de respostas do Estado às expressões da “questão social” baseadas em repressão, refilantropização, assistencialismo de viés confessional, criminalização da pobreza e oferta de assistência focalizada, subfinanciada, culminando em estratégias violadoras de direitos humanos e que produzem ações voltadas ao hiperencarceramento, internações e remoções forçadas, entre outras (CRESS, 2019, p. 3).

O atual momento de acentuada regressão de direitos, redução do financiamento de políticas e programas sociais, o sucateamento de serviços públicos, o avanço do conservadorismo e reacionarismo impactam direta e severamente a vida da população em situação de rua e usuária dos serviços prestados por assistentes sociais. Momento acompanhado pela crise pandêmica do Covid-19, que expõe que os períodos de calamidade pública não atingem a todos de maneira igual e é visível o quanto as divisões sociais de classe se manifestam com mais clareza com a precarização de serviços públicos de saúde e assistência sucateados por subsequentes governos alinhados aos interesses neoliberais.

Considerando a ameaça do capital também, capaz de modificar as condições ambientais de sua própria reprodução, sobretudo as consequências nas quais uma mutação se torna uma ameaça à vida dependem das ações humanas. Por isso, os impactos econômicos, demográficos e sociais da disseminação de qualquer vírus dependem das vulnerabilidades preexistentes em determinada sociedade (HARVEY et al., 2020). Essa realidade impacta profundamente no exercício profissional dos assistentes sociais e dos demais trabalhadores/as das diversas políticas sociais.

Quem mais padece com os momentos de crise, é a população em situação de rua, a questão social tem escancarado a múltiplas faces da desigualdade social e quem mais sofre os efeitos são as classes subalternas, dessa forma, a relevância de se estudar o assunto está implicada no fato da profissão do Serviço Social ter como referência a realidade brasileira e sua inserção no modo de produção capitalista para então formar o exercício profissional em compromisso efetivo com os direitos e lutas sociais que no momento estão sendo sufocados pela forte repressão por parte dos governos atuais. Ainda nesse debate, Bihl et al. (2020) nos ensinam que tanto a propagação do vírus responsável por esta pandemia como as medidas desigualmente eficazes tomadas pelos Estados para proteger as suas populações provam que a saúde é, antes de mais nada, um bem público. Pois o estado saudável ou mórbido do

corpo de cada pessoa depende em primeiro lugar do estado saudável ou mórbido do corpo social, do qual o primeiro é dependente ou um simples apêndice, e da capacidade ou não do referido corpo social se defender, por si ou através das suas instituições políticas, contra fatores patogênicos, em particular desenvolvendo um sistema de assistência social eficiente e uma política de saúde pública que proporcione ao segundo os meios (humanos, materiais, financeiros) necessários e suficientes ao seu desenvolvimento e até mesmo, superação.

Somando-se a isso, é a bandeira dos assistentes sociais a defesa da saúde pública, os direitos humanos, a autonomia dos sujeitos e a ampliação dos serviços territoriais no âmbito do SUAS e do SUS, tensionando ações, principalmente no que tange à população em situação de rua, de reconhecimento da liberdade, autonomia e expansão dos indivíduos sociais, baseadas nos princípios que norteiam o Código de Ética profissional. É necessário levar em consideração as contradições advindas da dinâmica das relações sociais, enquanto expressão dos antagonismos entre as classes, entendendo como desafio que mesmo com as adversidades da lógica do mercado capitalista o profissional do Serviço Social deve expressar respostas concretas às demandas sociais, com relevância, na construção de vínculos para a população em situação de rua.

Cabe-nos apontar, baseadas da Política Nacional para População em Situação de Rua, que a atenção a este grupo deve preconizar o respeito à dignidade da pessoa humana e o direito à convivência familiar e comunitária, uma vez que um dos múltiplos elementos de caráter “biográfico” que produzem o fenômeno população em situação de rua é a ruptura de vínculos. Não é eficaz, portanto, atuar no sentido de reforçar esta ruptura, isolando sujeitos ou removendo-os de maneira forçada dos locais onde se encontram (CRESS, 2019, p. 5-6).

É necessário que a categoria avance na consolidação e implementação do projeto profissional, inscrevendo seus princípios no cotidiano do trabalho do assistente social, especialmente no âmbito do Centro Pop, visando assegurar “[...] a defesa do espaço profissional e a melhoria da qualidade de atendimento aos usuários do Serviço Social” (CRESS, 2019, p. 6), balizando ações “[...] na direção de chamarmos a população usuária ao debate [...], a promoção de espaços que propiciem aos profissionais introduzir a pesquisa como possibilidade de produção de conhecimento, assim, visando reverter a realidade social” (OLIVEIRA, 2008, p. 16) e o desenvolvimento da competência técnico-operativa e ético-política por parte do assistente social que resultem na articulação entre o projeto profissional e o projeto societário na direção estratégica emancipatória da população em situação de rua,

buscando desenvolver a autonomia e independência de classe abrindo caminho para uma sociabilidade mais igualitária e libertária (ABRAMIDES, 2016).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMIDES, M. B. C. **80 anos de Serviço Social no Brasil: organização política e direção social da profissão no processo de ruptura com o conservadorismo.** Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 127, p. 456-475, set./dez. 2016. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/0101-6628.080>> Acesso em: 24 fev.2021.

ANTUNES, Ricardo; PRAUN, Luci. **A sociedade dos adoecimentos no trabalho.** Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 123, p. 407-427, jul./set. 2015. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/0101-6628.030>> Acesso em: 16 fev. 2021.

ARGILES, M. S. dos; SILVA, V. R. da. **Assistência Social e População Em Situação de Rua.** UFMA, 2011. 11 p. Disponível em: <http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2011/CdVjornada/JORNADA_EIXO_2011/IMPASSES_E_DESAFIOS_DAS_POLITICAS_DA_SEGURIDADE_SOCIAL/ASSISTENCIA_SOCIAL_E_POPULACAO_EM_SITUACAO_DE_RUA.pdf> Acesso em: 16 fev. 2021

BARATA, Rita Barradas; PROJETO DE VULNERABILIDADE SOCIAL NO CENTRO DE SÃO PAULO et al. **Desigualdade social em saúde na população em situação de rua na cidade de São Paulo.** Saúde e Sociedade, São Paulo, v. 24, supl.1, p. 219-232, abr./jun. 2015. Disponível em:< <https://www.scielo.br/pdf/sausoc/v24s1/0104-1290-sausoc-24-s1-00219.pdf>> Acesso em: 07 out. 2020.

BRASIL. Constituição (1998). **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília: Senado Federal, 1988.

_____. Decreto nº 7053, de 23 de dez. de 2009. Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 24 dez. 2009. Seção 1, p. 16.

_____. Governo Federal. **Política Nacional Para Inclusão Social Da População Em Situação De Rua.** Brasília, 2008.

_____. Ministério de Cidadania. Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação (SAGI). **População em Situação de Rua no Brasil: o que os dados revelam?** Brasília, jun. 2019. Disponível em: <https://aplicacoes.mds.gov.br/sagirms/ferramentas/docs/Monitoramento_SAGI_Populacao_situacao_rua.pdf> Acesso em: 17 nov. 2020.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). **Orientações sobre o Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua e Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua.** Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS) & Departamento de Proteção Social Especial (DPSE), p. 1-21, [s/d].

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária,** 2006. Disponível em:

<http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/Plano_Defesa_CriançasAdolescentes%20.pdf> Acesso em: 23 nov. 2020.

CONSELHO Federal de Serviço Social. **Atribuições Privativas Do/a Assistente Social Em Questão**. 1 ed. [S.l.]. CFESS, 2012. 78 p. Disponível em: <<http://www.cfess.org.br/arquivos/atribuicoes2012-completo.pdf>> Acesso em: 13 set. 2020.

CONSELHO Regional de Serviço Social. **Atuação de Assistentes Sociais na Abordagem às Pessoas em Situação de Rua**. 2. ed. Rio de Janeiro. CRESS, 2019. 8 p. Termo de Orientação que direciona o trabalho de assistentes sociais na abordagem à população em situação de rua.

CUNHA, Aline Andrade. **O Serviço Social e a Alta Hospitalar Qualificada**: um relato de experiência. UFU, 2018.

FRAGA, Walter. **Uma esmola “pelo amor de Deus”**. A História da Pobreza. História Viva. São Paulo, ano XI, n. 131, set. 2014.

FRANCO, Renato. **Todos pobres, mas nem todos iguais**. A História da Pobreza. História Viva. São Paulo, ano XI, n. 131, set. 2014.

HARVEY, D.; BIHR, A.; DAVIS, M. et al. **Coronavírus e a Luta de Classes**. [S.l.]. Terra Sem Amos, 2020. 48 p. Disponível em: <<https://terrasemamos.files.wordpress.com/2020/03/coronavc3adrus-ea-luta-de-classes-tsa.pdf>> Acesso em: 12 Set. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Cidades**: São Vicente. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/sao-vicente/panorama>> Acesso em: 03 fev. 2020.

MARTINELLI, M. L. **O Trabalho do Assistente Social em Contextos Hospitalares**: desafios cotidianos. Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 107, p. 497-508, set. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010166282011000300007&lng=en&nrm=iso> Acesso em: 12 fev. 2021.

MIRANDA, T. Gustavo de. **Aqueles que mais precisam e ninguém vê**. A Tribuna. Baixada Santista. Assistência Social, p. E1: set. 2018.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. In: _____ (org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 9-30. Disponível em: <<https://wp.ufpel.edu.br/franciscovargas/files/2012/11/pesquisa-social.pdf>>. Acesso em: 30 ago. 2020.

MORAES, Juliana; SANTOS, Felipe dos. **Moradores de Rua passam de 1500 na Baixada e cidades não apresentam solução**. Revista Mais Santos. Santos, 18 jan. 2019. Disponível em: <<https://www.maissantos.com.br/regiao/moradores-de-rua->>

passam-de-1500-na-baixada-e-cidades-nao-estudam-solucao/> Acesso em: 25 out. 2020.

OLIVEIRA, J. **O processo de trabalho do Assistente Social e sua Abordagem com Moradores de Rua**. Porto Alegre. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Faculdade de Serviço Social, 2008.

PEREIRA, M. Érica R.; TASSIGNY, M. M.; BIZARRIA, F. P. de A. **Terceirização e Precarização do Trabalho na Política Pública de Assistência Social**. Administração Pública e Gestão Social, [S.l.], v. 1, n. 3, p. 171-183, jul./set. 2017. Disponível em: <<https://periodicos.ufv.br/apgs/article/view/5138>> Acesso em: 14 out. 2020.

PINHO, R. J.; PEREIRA, A. P.; LUSSI, I. A. **População em situação de rua, mundo do trabalho e os centros de referência especializados para população em situação de rua (centro pop)**: perspectivas acerca das ações para inclusão produtiva. Cad. Bras. Ter. Ocup., São Carlos, v. 27, n. 3, p. 480-495, 2019. Disponível em: <<https://doi.org/10.4322/2526-8910.ctoAO1842>> Acesso em: 16 fev. 2021.

PINTO, Régia M. P.; GONDIM, Antônio B. C. **Trabalho e População em Situação de Rua: Uma análise à luz da questão social**. Universidade Federal do Maranhão. 15 p. ago. 2017. Disponível em: <<http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2017/pdfs/eixo1/trabalhoepopulacaoemsituacaooderuaumaanalisealuzdaquestaosocial.pdf>> Acesso em: 14 de dez. 2020.

RAIMUNDO, Fabricia. **Serviço Social na Área de Internação Hospitalar**: A relação do profissional com o paciente internado e seu acompanhante. Departamento de Serviço Social, Universidade Federal de Santa Catarina, 2003.

SANTOS, Josiane Soares. "Questão Social": particularidades no Brasil. In: _____. **Elementos para entender a concepção e a gênese da questão social**. São Paulo: Cortez Ed, 2012. cap. 1. p. 25-47.

SERPA, Virginia; VIRGINIA, Clara; CAVALCANTE, Sylvia. **Assistência social pública brasileira**: uma política da autonomia - um dispositivo biopolítico. Rev. Subj., Fortaleza, v. 15, n. 3, p. 428-437, dez. 2015. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2359-07692015000300011&lng=pt&nrm=iso> Acesso em: 03 fev. 2021.

SILVA, D.O.; OLIVEIRA, J.F.; PORCINO, C.; GOMES, A. M. T.; SUTO, C. S. S.; CARVALHO, E. S. S. **Representações sociais de pessoas em situação de rua sobre "cuidar de si"**. Rev Bras Enferm, 73 (2): p. 1-8, 2020. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/0034-7167-2018-0956>> Acesso em: 16 fev. 2021.

SORDI, Denise de. **As perigosas mudanças no Cadastro Único, o Bolsa Família e o Brasil rumo ao Mapa da Fome**. El país, 01 fev. 2021. Disponível em: <<https://brasil.elpais.com/brasil/2021-02-01/as-perigosas-mudancas-no-cadastro-unico-o-bolsa-familia-e-o-brasil-rumo-ao-mapa-da-fome.html#:~:text=As%20mudan%C3%A7as%20no%20Cadastro%20%C3%9Anico,programas%20sociais%20do%20governo%20brasileiro>>>. Acesso em: 22 fev. 2021.

THOMÉ, Débora. **O Estado encara o problema**. A História da Pobreza. História Viva. São Paulo, ano XI, n. 131, set. 2014.

TORRES, M. M., & LANZA, L. M. B. **Serviço Social**: exercício profissional do assistente social na gestão de políticas públicas. Argumentum, [S.l.], v. 5, n. 1, p. 197-215, jan./jun. 2013. Disponível em: <<https://doi.org/10.18315/argumentum.v5i1.2979>> Acesso em: 14 out. 2020.

VAITSMAN, Jeni; ANDRADE, G. R. B.; FARIAS, L. O. **Proteção Social no Brasil**: o que mudou na assistência após a Constituição de 1988. Ciência & Saúde Coletiva, 14(3): p. 731-741, 2009. Disponível em: <<https://www.scielo.org/article/csc/2009.v14n3/731-741/#ModalArticles>> Acesso em: 16 fev. 2021.

YAZBEK, Maria Carmelita. Pobreza e Exclusão Social: Expressões da Questão Social no Brasil, p. 33-39. In: IAMAMOTO, Marilda Villela; NETTO, José Paulo; PEREIRA, Potyara A.P.; FERREIRA, Ivanete Boschetti (Org.). **Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social**. Brasília: ABEPSS, 2001.